

PERFIL DA POBREZA UM OLHAR SOBRE AS CRIANÇAS





PERFIL DA POBREZA

UM OLHAR SOBRE AS CRIANÇAS

FICHA TÉCNICA

Instituto Nacional de Estatística

Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças

Conselho de Administração

Presidente

Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Celso Herminio Soares Ribeiro

Diretora Administrativa e Financeira

Maria Gorete Varela de Carvalho

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Rua da Caixa Económica, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56

E-mail: inecv@ine.gov.cv

Design e Composição

Divisão de Difusão, Instituto Nacional de Estatística

© Copyright 2017

Instituto Nacional de Estatística

Revisão

Camilo Barbosa Levy Medina

Apoio ao utilizador

Divisão de difusão

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56 *

E-mail: difusao.ine@ine.gov.cv

Data de Publicação

Novembro 2018

Para quaisquer esclarecimentos, contactar:

Departamento das Estatísticas Demográficas e Sociais

Noemi Ramos – Diretora de Departamento

E-mail: noemi.ramos@ine.gov.cv

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
1. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÓMICAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	10
1.1 Volume e repartição, por sexo, da população menor de 18 anos	10
1.2 Estrutura da população infantil por sexo e idade	12
2. INCIDÊNCIA DA POBREZA INFANTIL	14
2.1 Incidência da pobreza global infantil.....	15
2.2 Incidência da pobreza extrema infantil	17
2.3 Incidência da pobreza segundo o sexo e grupos etários	18
3. PERFIL DA POBREZA INFANTIL	19
3.1 Quantos são?.....	20
3.2 Onde estão?	20
3.3 Quem são as crianças pobres.....	22
<i>Nacionalidade e estatuto na migração.....</i>	22
<i>Estado Civil.....</i>	23
<i>Situação perante atividade económica</i>	23
4. O ACESSO À FAMÍLIA	23
5. O ACESSO À EDUCAÇÃO	26
5.1 Frequência escolar.....	26
Crianças dos 3 aos 5 anos	27
Crianças dos 6 aos 11 anos	28
Crianças dos 12 aos 14 anos	29
Crianças dos 15 aos 17 anos	29
5.2 Abandono escolar	31
5.3 Nível de instrução	33
6. O ACESSO À HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA	35
6.1 Características das habitações	35
6.2 Acesso aos serviços básicos.....	36
7. O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	38
7.1 Acesso às TIC no alojamento.....	38
7.2 Posse de telemóvel.....	40
7.3 Utilização do computador	40
7.4 Utilização da internet.....	42
8. SITUAÇÃO NUTRICIONAL.....	46

8.1	Estado nutricional das crianças menores de 18 anos.....	46
8.2	Estado nutricional das crianças menores de 5 anos.....	48
8.2.1	Desnutrição aguda - Índice de Peso para a Estatura / Comprimento (IPE) e Índice de Massa Corporal (IMC) para a idade	48
8.2.1	Desnutrição crónica - Índice de Estatura para Idade (IEI)	50
8.2.3	Insuficiência ponderal – Índice de Peso para a Idade (IPI).....	51

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Percentagem da população menor de 18 anos de idade, segundo meio de residência e concelhos.....	11
Gráfico 2 – Distribuição das crianças menores 17 anos, por grupo etário	13
Gráfico 3 – Pirâmide de idade, por idade simples	13
Gráfico 4 – Incidência da pobreza infantil, segundo o meio de residência. Cabo Verde 2015	15
Gráfico 5 – Incidência da pobreza infantil, segundo o concelho. Cabo Verde 2015	16
Gráfico 6 – Incidência da pobreza extrema infantil, segundo o meio de residência. Cabo Verde 2015	17
Gráfico 7 – Incidência da pobreza extrema infantil, por concelho. Cabo Verde 2015.....	18
Gráfico 8 – Incidência da pobreza infantil, global e extrema, segundo o sexo da criança e do representante do agregado. Cabo Verde 2015.....	18
Gráfico 9 – Incidência da pobreza infantil, global e extrema, segundo grupos de idades específicas. Cabo Verde 2015	19
Gráfico 10 – Distribuição da população infantil pobre e muito pobre, segundo o meio de residência .	20
Gráfico 11 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, por concelho. Cabo Verde, 2015.....	21
Gráfico 12 – Concelhos com maior percentagem de crianças pobres e muito pobres. Cabo Verde, 2015.....	21
Gráfico 13 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo o grupo etário. Cabo Verde, 2015.....	22
Gráfico 14 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo a nacionalidade e estatuto na migração. Cabo Verde, 2015.....	22
Gráfico 15 – Percentagem de crianças pobres e muito pobres, empregadas e desempregadas. Cabo Verde, 2015.....	23
Gráfico 16 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo a presença dos pais no agregado familiar. Cabo Verde, 2015	24
Gráfico 17 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo a tipologia do agregado familiar. Cabo Verde, 2015.....	25
Gráfico 18 – Percentagem das crianças pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino, segundo o grupo etário. Cabo Verde, 2015	26
Gráfico 19 – Percentagem de crianças, 4-5 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino (jardim ou creche), segundo o sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	27
Gráfico 20 – Percentagem de crianças, 6-11 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino (jardim ou creche), segundo o sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	28

Gráfico 21 – Percentagem de crianças, 12-14 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino (jardim ou creche), segundo o sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	29
Gráfico 22 – Percentagem de crianças, 15-17 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino, segundo o sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	30
Gráfico 23 – Percentagem de crianças, pobres e muito pobres, que abandonaram o sistema educativo, por grupo etário. Cabo Verde, 2015.....	31
Gráfico 24 – Percentagem de crianças, pobres e muito pobres, que abandonaram o sistema educativo, por grupo etário, segundo o sexo. Cabo Verde, 2015.....	32
Gráfico 25 – Distribuição de crianças que abandonaram o sistema de ensino, segundo o grupo etário, por estatuto na pobreza e segundo o sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	33
Gráfico 26 – Distribuição das crianças, 12-14 anos, pobres e muito pobres, segundo o nível de instrução atingido, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2015.....	34
Gráfico 27 – Percentagem de crianças, pobres e não pobres, de acordo com os problemas de habitabilidade do alojamento onde residem. Cabo Verde, 2015.....	35
Gráfico 28 – Percentagem de crianças, pobres e não pobres, com acesso aos serviços básicos, por tipo de serviço. Cabo Verde, 2015.....	37
Gráfico 29 – Percentagem de crianças, pobres e não pobres, segundo o acesso a equipamentos de tecnologias de informação e comunicação e entretenimento no agregado familiar. Cabo Verde, 2015.....	39
Gráfico 30 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, segundo a posse de telemóvel, por grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015.....	40
Gráfico 31 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram um computador nos últimos três meses antes da entrevista, por grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015..	41
Gráfico 32 – Distribuição das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram um computador nos últimos três meses antes da entrevista, segundo a frequência de utilização, por estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015.....	41
Gráfico 33 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram um computador nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o local de utilização, por estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015.....	42
Gráfico 34 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, por grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015.....	43
Gráfico 35 – Distribuição das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo a frequência de utilização, por sexo, grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015.....	44
Gráfico 36 – Distribuição das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o tempo, em horas, que passam a navegar na internet, por sexo, grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015.....	44
Gráfico 37 – Distribuição das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o local de utilização da internet. Cabo Verde, 2015.....	45
Gráfico 38 – Proporção das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o objectivo ou finalidades de utilização da internet. Cabo Verde, 2015.....	45

Gráfico 39 – Distribuição das crianças e adolescentes, segundo o estado nutricional. Cabo Verde, 2015.....	47
Gráfico 40 – Proporção das crianças e adolescentes com excesso de peso ou obesidade, por sexo. Cabo Verde, 2015	47
Gráfico 41 – Caracterização do estado nutricional das crianças menores de 5 anos de idade, com base nos Z-scores peso, para a estatura/comprimento (IPE) e IMC e para idade (IMC-I).	48
Gráfico 42 – Proporção de crianças menores de 5 anos de idade, com risco de excesso de peso ou excesso de peso e obesidade, com base nos Z-scores peso, para a estatura/comprimento (IPE), segundo grupo etário, sexo, meio residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015	49
Gráfico 43 – Distribuição das crianças menores de 5 anos de idade, segundo o Índice de Estatura para a Idade (IEI). Cabo Verde 2015	50
Gráfico 44 – Proporção de crianças menores de 5 anos de idade, com desnutrição crónica, com base no Índice de Estatura para a Idade (IEI), por grupo etário, sexo, meio residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015	50
Gráfico 45 – Distribuição das crianças menores de 5 anos de idade, segundo o Índice de Peso para a Idade (IEI). Cabo Verde 2015	51
Gráfico 46 – Proporção de crianças menores de 5 anos de idade, com insuficiência ponderal global, com base no Índice de Peso para a Idade (IEI), por grupo etário, sexo, meio residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015	51

Índice de tabelas

Tabela 1 – Distribuição da população menor de 18 anos, segundo idade simples e grupos específicos de idade e relação de masculinidade. Cabo Verde, 2015	12
Tabela 2 – Limiar da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema (em escudos CVE), segundo meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015	14
Tabela 3 – Dimensão do agregado familiar, número médio de divisões utilizadas e número médio de pessoas, por divisão de dormir, segundo meio residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde, 2015 36	

INTRODUÇÃO

As crianças de hoje são o futuro de amanhã!

Ao longo dos anos, a luta pela redução da pobreza, em particular da pobreza extrema, e pela eliminação da fome tem assumido um papel preponderante, quer a nível internacional, quer nacional.

A nível internacional, o mundo elege para o período 2030 a erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, como foco prioritário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem cumpridos, tendo como metas específicas erradicar a pobreza extrema e reduzir para metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

A nível nacional, o país tem assumido os seus compromissos ao ratificar a Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), além de outras Convenções e Tratados Internacionais, bem como a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 2013, o que constitui um marco importante na consolidação de todo o Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente em Cabo Verde. “O ECA é um instrumento que consagra os direitos da criança como prioridade absoluta, define as Liberdades e Garantias Fundamentais e estabelece o respetivo Sistema de Proteção da Criança e do Adolescente, envolvendo e responsabilizando o Estado e a Sociedade em todo o processo de desenvolvimento da Criança e do Adolescente”¹.

As crianças são vulneráveis e fortemente afetadas pela pobreza, a nível mundial, pelo que merecem especial atenção e uma análise que incorpore variáveis estruturais que permitam compreender o modo como são limitadas as condições para o exercício da cidadania social, enquanto crianças e adolescentes.

O Instituto Nacional de Estatística, com o objetivo de incrementar as estatísticas e informações pertinentes para a tomada de decisões, põe à disposição dos utilizadores esta publicação, “Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças”, elaborada com base nos dados do IDRF 2015. Tem por objetivos a análise da pobreza infantil e o perfil das crianças pobres; a análise de alguns indicadores que põem em causa os direitos das crianças e adolescentes, assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e pôr à disposição

¹ Estatuto da Criança e Adolescente – ECA - Lei nº 50/VIII/2013, do B.O. I Série, nº 70, de 26 de Dezembro

um conjunto de informações úteis para a avaliação e adoção de políticas sociais que vão de encontro às necessidades das crianças.

Este documento inicia-se com a caracterização sociodemográfica e económica das crianças, a nível do país. O segundo capítulo analisa a incidência da pobreza global e da pobreza extrema na população infantil. O terceiro capítulo traça o perfil sociodemográfico das crianças pobres e a sua distribuição espacial. O capítulo quarto analisa o acesso à família e apresenta o perfil dos agregados familiares em que as crianças se inserem, tendo em conta a dimensão, tipologia e composição, bem como a orfandade e a vivência com os pais. O quinto capítulo analisa o acesso à educação, a frequência escolar, o abandono escolar e o nível de instrução por grupos etários específicos. O capítulo sexto aborda o acesso à habitação e a serviços básicos como água e saneamento. Por último, o capítulo sétimo analisa o acesso e a utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Toda as análises serão feitas comparando o nível de acesso das crianças pobres *versus* crianças não pobres, em termos da pobreza monetária absoluta.

1. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÓMICAS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Neste capítulo, pretende-se caracterizar, em termos demográficos, a população infantil abrangida por este estudo, no que se refere ao seu volume, importância relativa à população total, estrutura por sexo e idade, bem como à sua repartição espacial.

Os aspetos retratados neste capítulo constituem elementos de grande importância para a contextualização dos dados apresentados nos capítulos subsequentes.

A população abrangida neste estudo abarca crianças e adolescentes de ambos os sexos, residentes nos agregados familiares, com idade compreendida entre 0-17 anos. Ao longo do estudo, as análises podem ser feitas considerando intervalos de idade, de acordo com a temática.

1.1 Volume e repartição, por sexo, da população menor de 18 anos

De acordo com os dados do inquérito IDRF, no ano de 2015, em Cabo Verde, a população com 17 anos ou menos foi estimada em 189.747 indivíduos, o que representava cerca 37,1% da população total (511.217²).

As crianças distribuem-se, de forma quase equitativa, entre os dois sexos, correspondendo a camada masculina a 94.533 efetivos (49,8%) e a feminina a um total de 95 214 (50,2).



Fonte: INE, IDRF 2015

² Os efetivos estimados não foram ajustados à projeção da população para o período 2010-2030.

Incidência e distribuição espacial

Maioritariamente feminina (50,2%), a maior percentagem das crianças/adolescentes (62,2%) vive no meio urbano. Contudo, observa-se que no rural o peso da população com menos de 18 anos (39,3%) é superior ao registado no meio urbano (35,9%)

O concelho de Santa Cruz é o que regista maior percentagem de crianças (44,1%), seguido de São Lourenço dos Órgãos, São Miguel, Santa Catarina e São Salvador do Mundo, com cerca de 41% de crianças (valores arredondados). Por outro lado, Paúl apresenta-se como o concelho com menor percentagem de população com idade inferior a 18 anos (29,6%).

Gráfico 1 – Percentagem da população com menos de 18 anos de idade, segundo meio de residência e concelho



Fonte: INE, IDRF 2015

A distribuição espacial da população de 0-17 anos de idade é idêntica à da população total, com a ilha de Santiago a acolher cerca de 60% das crianças e adolescentes do país, o concelho da Praia, em particular, com 27,8%. Seguem-se os de São Vicente e Santa Catarina em Santiago, com 12,5% e 10,1% do total das crianças do país, respetivamente.

1.2 Estrutura da população infantil, por sexo e idade

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente de Cabo Verde, considera-se:

- “Criança”, todo o indivíduo antes de completar os doze anos de idade (0-11 anos);
- “Adolescente”, todo o indivíduo a partir dos doze anos e até que complete os dezoito anos de idade (12-17 anos).

Contudo, ao longo da análise, serão utilizados grupos etários específicos, de acordo com a temática.

A pirâmide de idade permite observar a distribuição das crianças/adolescentes menores de 18 anos, por idade simples, e a relação de masculinidade entre os sexos.

Por grupos de idades específicas, pode aferir-se que as crianças menores de 1 ano de idade representam 5,7% do total das crianças e adolescentes. Os bebés de 1-3 anos representam 15,7%, as crianças em idade pré-escolar, 4-5 anos de idade, 32,5% e as em idade escolar, 6-11 anos, 32,5%. Os adolescentes, 12-17 anos de idade, representam 34,4% do total da população menor de 18 anos de idade, enquanto os de 12-14 anos 17,2% e os de 15-17 anos, 17,2%.

As diferenças relativamente ao género são mais acentuadas no grupo etário 6-11 anos, em que as meninas têm maior peso, ou seja, para cada 100 rapazes temos 110 meninas,

Tabela 1 – Distribuição da população menor de 18 anos, segundo idade simples e grupos específicos de idade e relação de masculinidade. Cabo Verde, 2015

	TOTAL	SEXO		RM
		MASC	FEM	
Efetivos	189 747	94 533	95 214	1,0
Idade simples				
0	5,7	6,1	5,4	0,9
1	4,9	5,1	4,7	0,9
2	5,4	5,8	5,0	0,9
3	5,5	5,3	5,6	1,1
4	6,1	6,0	6,2	1,0
5	5,6	5,7	5,4	1,0
6	5,2	4,8	5,5	1,2
7	5,6	5,3	5,9	1,1
8	5,6	5,6	5,5	1,0
9	5,4	5,7	5,1	0,9
10	5,8	5,5	6,2	1,1
11	5,0	4,9	5,1	1,1
12	5,7	6,0	5,3	0,9
13	5,1	5,2	5,0	1,0
14	6,4	6,0	6,8	1,1
15	5,9	6,2	5,7	0,9
16	5,4	4,9	6,0	1,2
17	5,8	6,0	5,7	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	
Grupo etário				
0 anos	5,7	6,1	5,4	0,9
1-3 anos	15,7	16,3	15,2	0,9
4-5 anos	11,7	11,7	11,6	1,0
6-11 anos	32,5	31,7	33,3	1,1
12-14 anos	17,2	17,1	17,3	1,0
15-17 anos	17,2	17,2	17,2	1,0

Fonte: INE, IDRF 2015

e nos grupos etários dos 0 anos e 1-3 anos, com maior peso para os meninos. Verifica-se, entre os adolescentes, uma igualdade de género.

Gráfico 2 – Distribuição das crianças menores 17 anos, por grupo etário

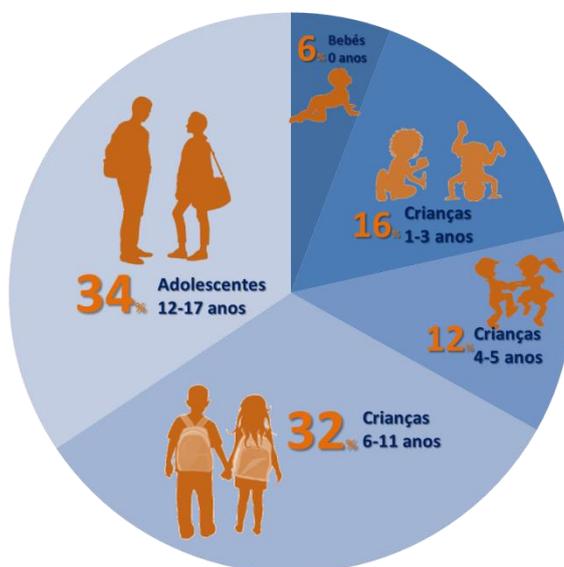
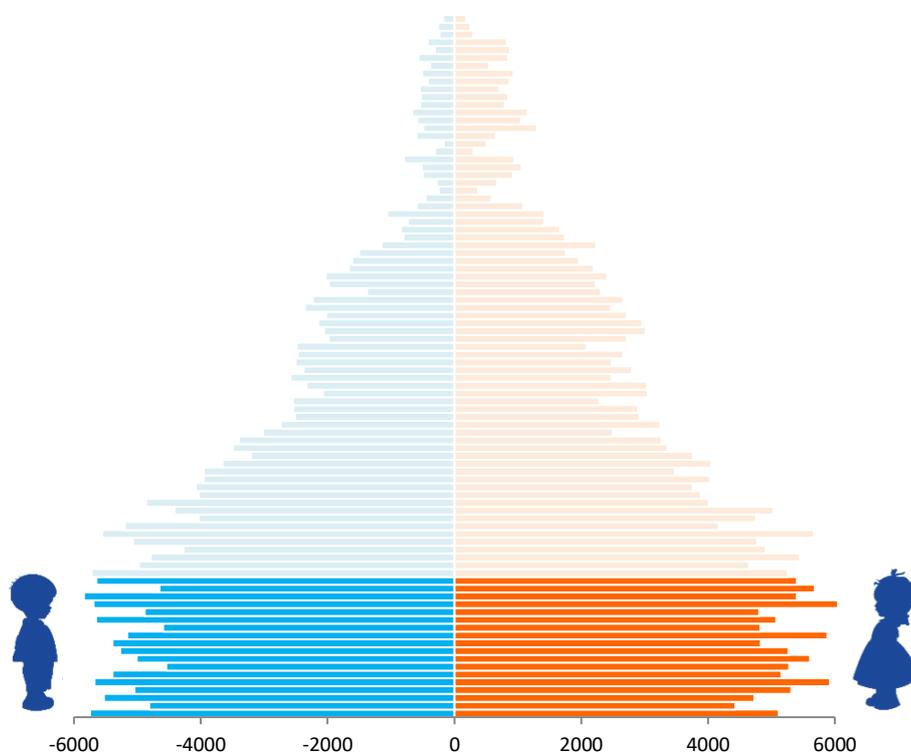


Gráfico 3 – Pirâmide de idade, por idade simples



Fonte: INE, IDRF 2015

2. INCIDÊNCIA DA POBREZA INFANTIL

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma análise espacial da pobreza monetária absoluta na população com menos de 18 anos, em Cabo Verde, tendo como base os indicadores da pobreza absoluta global e extrema.

Esta análise tem como fontes de informação os resultados do IDRF 2015, o mais recente realizado em Cabo Verde, a partir das quais foram estimadas as linhas de pobreza monetária absoluta.

Na abordagem monetária, o indivíduo é considerado pobre quando o nível de bem-estar, medido com base no seu rendimento ou consumo (indicador de bem-estar) for inferior a um certo nível considerado como um mínimo razoável (limiar da pobreza). Esta abordagem é a mais comum e a mais utilizada pela maioria dos países, embora tenha sido alvo de muitas críticas, tendo em conta o seu carácter unidimensional.

Assim, a incidência da pobreza global é definida como a percentagem da população pobre cujo consumo médio anual, por pessoa no agregado, fica abaixo do limiar da pobreza global e, como incidência da pobreza extrema, a percentagem da população muito pobre, cujo consumo médio anual, por pessoa no agregado, fica abaixo do limiar da pobreza extrema.

Os indicadores da pobreza são estimados tendo em conta os seguintes limiares da pobreza:

Tabela 2 – Limiar da pobreza absoluta global e da pobreza absoluta extrema (em escudos CVE), segundo meio de residência. Cabo Verde 2001, 2007 e 2015

	2001	2007	2015
Limiar da pobreza absoluta global			
Urbano	73.817	80.388	95.461
Rural	59.420	65.578	81.710
Limiar da pobreza absoluta extrema			
Urbano	38.431	41.852	49.699
Rural	35.782	39.491	49.205

Fonte: INE, IDRF 2015

2.1 Incidência da pobreza global infantil

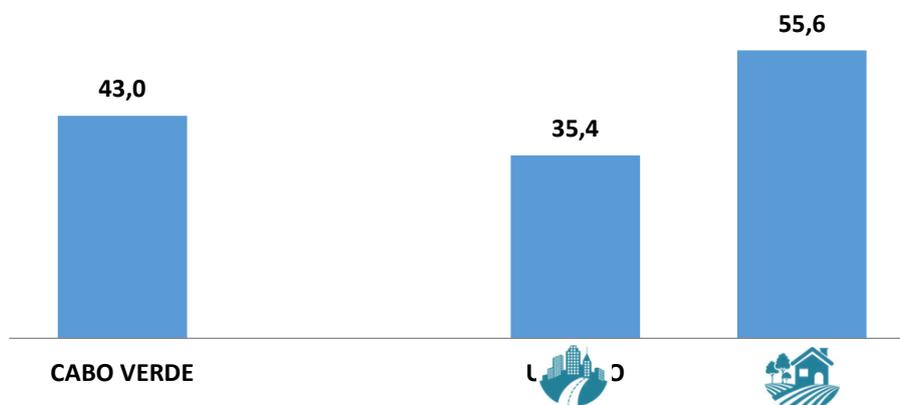
Em 2015, Cabo Verde registou, a nível nacional, uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35,2%, o que significa que cerca de 179.909 pessoas são consideradas pobres, ou seja, vivem em agregados familiares com consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza, fixado no valor de 95.461 CVE (262 escudos diários), para o meio urbano, e 81.710 CVE (224 escudos diários), para o meio rural, valores estimados como sendo o mínimo para garantir as necessidades básicas de alimentação e de bens e serviços não alimentares. Os pobres (179.909) distribuem-se em 32.738 agregados familiares, os quais representam cerca de 25,7% do seu total.



A incidência da pobreza infantil é estimada em 43,0%, a nível nacional, ou seja, do total das crianças menores de 18 anos, cerca de 81 645 vivem em agregados cujo consumo médio anual, por pessoa, fica abaixo dos limiares da pobreza fixados para o país. Estas representam 45,4% do total dos pobres, em Cabo Verde.

Geograficamente, observa-se que a pobreza absoluta infantil, em 2015, é mais acentuada no meio rural, onde mais de metade das crianças e adolescentes (39 875) vive em agregados pobres, o que equivale a uma incidência da pobreza infantil na ordem dos 55,6%. As crianças pobres do meio rural representam 48,8% do total das crianças pobres, a nível nacional. No urbano, a incidência da pobreza fixa-se em 35,4% e atinge cerca de 41 770 crianças menores de 18 anos.

Gráfico 4 – Incidência da pobreza infantil, segundo o meio de residência. Cabo Verde 2015
Percentagem de crianças menores de 18 anos que vivem em agregados pobres

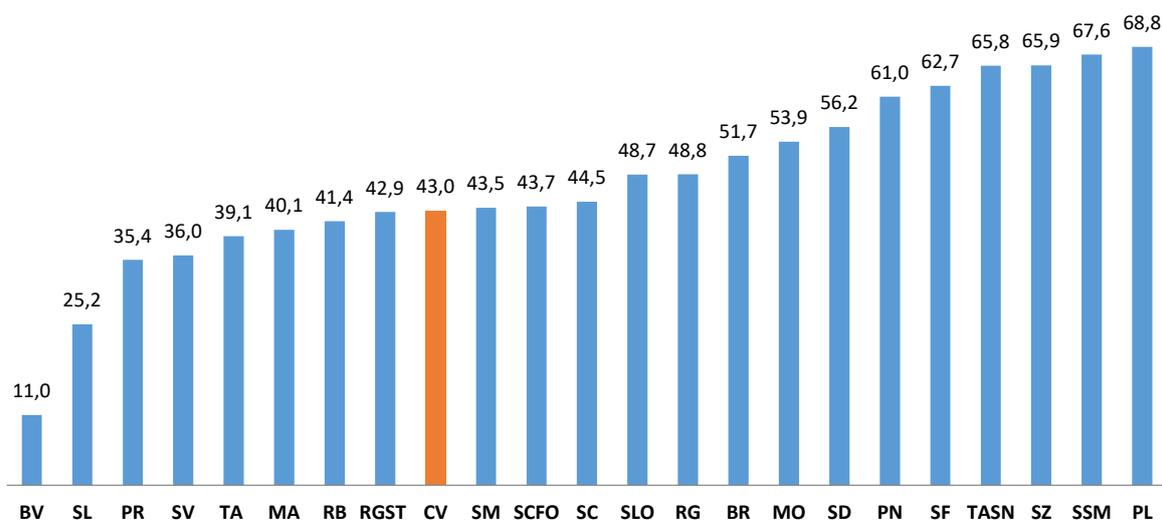


Fonte: INE, IDRF 2015

Uma análise regional evidencia alguma assimetria, a nível do país. Por um lado, temos as ilhas do Sal e da Boa Vista, cuja incidência da pobreza, a nível da população total, e a incidência da pobreza infantil são, significativamente, as mais baixas registadas a nível nacional: 11,0% de crianças na Boavista e 25,2%, no Sal, a viverem em agregados pobres. Por outro lado, todos os outros concelhos apresentam incidências de pobreza infantil superiores a 35%, e o do Paúl, um dos mais pobres do país (50,9%) regista a maior incidência de pobreza infantil (68,8%). De destacar ainda os concelhos do Porto Novo, São Filipe, Tarrafal de São Nicolau e São Salvador do Mundo, com incidências de pobreza infantil superiores a 60%, como se pode comprovar no gráfico abaixo.

O Concelho da Praia, capital do país, tem uma incidência de pobreza infantil de 35,4%. As crianças pobres residentes na Praia representam cerca de 22,8% do total das crianças pobres, a nível nacional. De realçar que a ilha de Santiago alberga 61,1% dos 81 645 pobres do país.

Gráfico 5 – Incidência da pobreza infantil, segundo o concelho. Cabo Verde 2015
Percentagem de crianças menores de 18 anos que vivem em agregados pobres



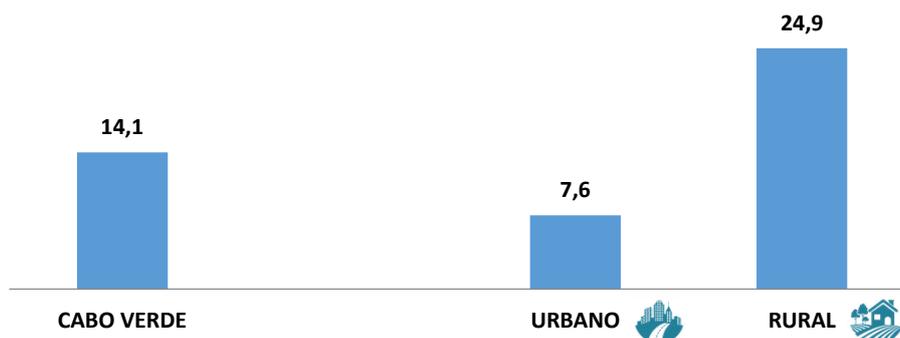
Fonte: INE, IDRF 2015

2.2 Incidência da pobreza extrema infantil

Das 81 645 crianças pobres, estima-se que cerca de 26 796, representando cerca de 14,1% do total das crianças menores de 18 anos, vivem em extrema pobreza, em agregados familiares com rendimentos que permitem consumos *per capita* anuais abaixo de 49.699 CVE (136 escudos diários), no meio urbano, ou menos de 49 205 CVE (135 escudos diários), no meio rural.

Assim como a pobreza global infantil, a pobreza extrema é essencialmente rural. Cerca de 24,9% das crianças que residem no meio rural é considerada extremamente pobre, enquanto no urbano a incidência da pobreza extrema infantil é estimada em 7,6%. Pode constatar-se ainda que cerca de 66,5% da população extremamente pobre vive no meio rural.

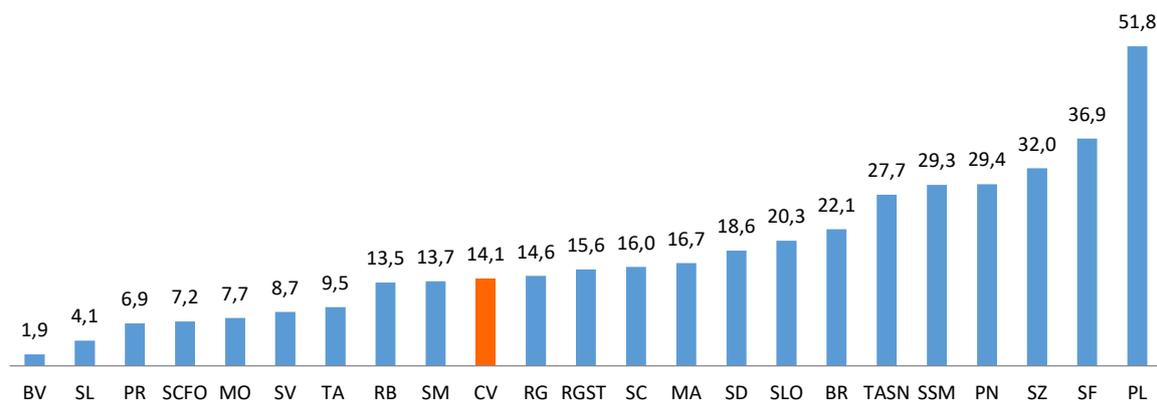
Gráfico 6 – Incidência da pobreza extrema infantil, segundo o meio de residência. Cabo Verde 2015
Percentagem de crianças menores de 18 anos que vivem em agregados muito pobres



Fonte: INE, IDRF 2015

Da análise segundo os concelhos, podem reconfirmar-se as assimetrias regionais. Paúl, com 51,8% das suas crianças a viverem em extrema pobreza, afigura-se como o concelho com maior incidência da pobreza infantil, quer a nível global, quer a nível extremo. Seguem-se os concelhos de São Filipe e Santa Cruz, com mais de 30% das suas crianças a viverem em pobreza extrema (36,9% e 32%, respetivamente). A pobreza extrema infantil na Boavista (1,9%) e no Sal (4,1%) afeta menos de 5% das crianças menores de 18 anos dessas ilhas.

Gráfico 7 – Incidência da pobreza extrema infantil, por concelho. Cabo Verde 2015
Percentagem de crianças menores de 18 anos que vivem em agregados muito pobres

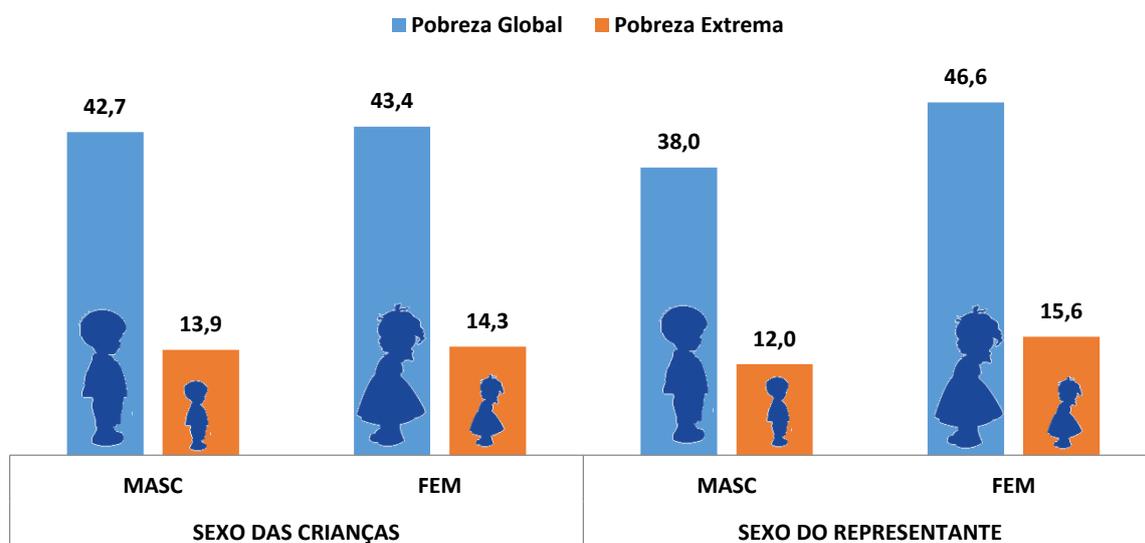


Fonte: INE, IDRF 2015

2.3 Incidência da pobreza, segundo o sexo e grupos etários

Da análise por género, não se observam diferenças na incidência da pobreza infantil, quer global, quer extrema, segundo o sexo da criança. No entanto, pode concluir-se que a pobreza infantil é mais acentuada em agregados representados por mulheres. Cerca de 46,6% das crianças que vivem em agregados representados por mulheres são pobres e cerca de 15,6% é muito pobre, enquanto nos agregados representados por homens a incidência da pobreza global infantil é de 38,0% e a pobreza extrema é de 12,0%.

Gráfico 8 – Incidência da pobreza infantil, global e extrema, segundo o sexo da criança e o representante do agregado. Cabo Verde 2015
Percentagem de crianças menores de 18 anos que vivem em agregados pobres e muito pobres

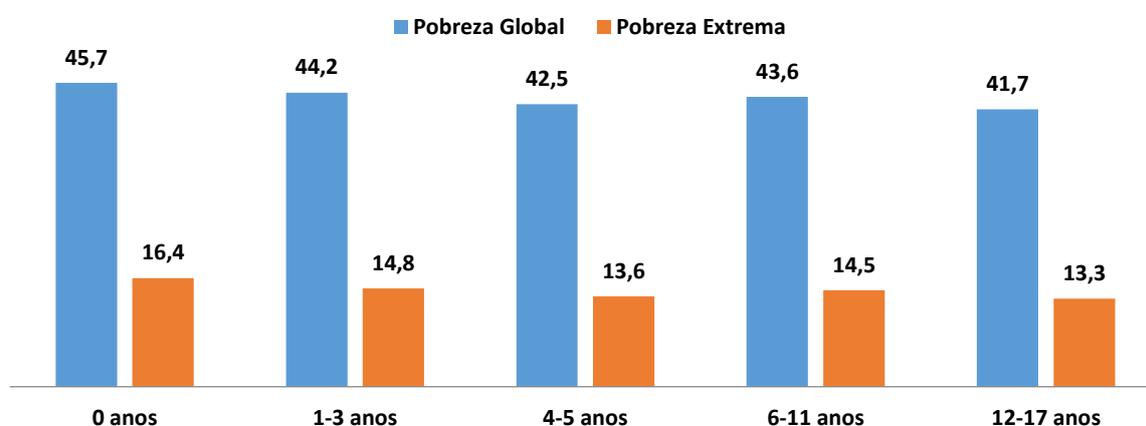


Fonte: INE, IDRF 2015

Da análise por grupos de idade específica, pode aferir-se que a pobreza infantil tem maior incidência entre as crianças de 0-1 ano, em que 45,7% é pobre e 16,4%, muito pobre. Seguem-se os grupos etários de 1-3 anos, com uma incidência da pobreza global de 44,2% e pobreza extrema de 14,8% e o de 6-11 anos, com 43,6% de crianças pobres e 14,5% de muito pobres. As crianças, na faixa etária 12-17 anos, apresentam a menor incidência da pobreza global (41,7%) e pobreza extrema (13,3%).

Gráfico 9 – Incidência da pobreza infantil, global e extrema, segundo grupos de idades específicas. Cabo Verde 2015

Percentagem de crianças menores de 18 anos que vivem em agregados pobres e muito pobres



3. PERFIL DA POBREZA INFANTIL

Este capítulo tem como objetivo traçar o perfil sócio demográfico e económico das crianças pobres em Cabo Verde, ou seja, a sua distribuição espacial, a distribuição por sexo e análise de algumas características tais como: o estado civil, situação perante a atividade económica, estatuto perante a imigração.



Nos capítulos seguintes, far-se-ão, de forma mais pormenorizada, análises de algumas dimensões que põem em risco os direitos das crianças, tais como o acesso a: família, educação, água potável e saneamento, serviços de saúde, habitação decente, informação, dimensões que contribuem para o seu desenvolvimento e que constituem direitos constitutivos das crianças.

3.1 Quantos são?

Estima-se que, em 2015, cerca 81 645 crianças menores de 18 anos eram pobres, ou seja, viviam em agregados familiares, cujas despesas médias anuais *per capita* eram inferiores ao limiar da pobreza, fixado em 95.461 CVE (262 escudos diários) , no meio urbano, e 81.710 CVE (224 escudos diários) , no rural. Destes, 26 796 pessoas viviam em extrema pobreza, ou seja, em agregados muito pobres, com despesas médias anuais *per capita* abaixo de 49.699 CVE (136 escudos diários), no meio urbano, ou de 49 205 CVE (135 escudos diários) , no rural.

43% Incidência da pobreza infantil

81 645 Crianças pobres

26 796 Crianças vivem em extrema pobreza

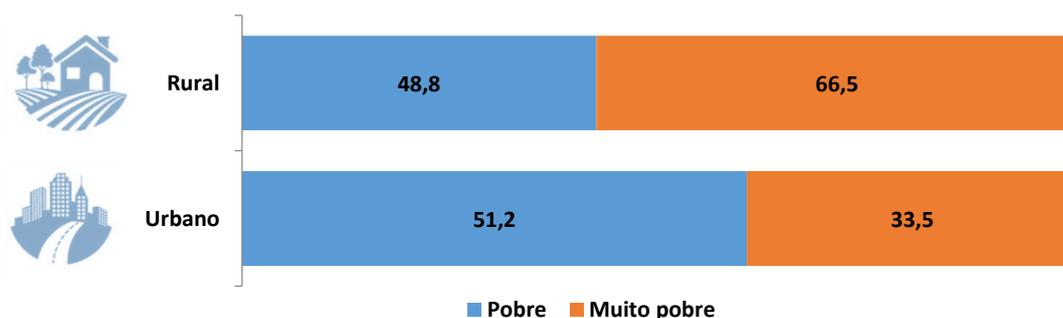


3.2 Onde estão?

Os dados do inquérito estimam que, apesar da incidência da pobreza infantil global ser maior no meio rural, a maior parte das crianças pobres (51,2%) reside no meio urbano e 48,8%, no rural, onde encontramos a maioria das crianças em pobreza extrema, cerca de 66,5%, e 33,5%, no meio urbano.

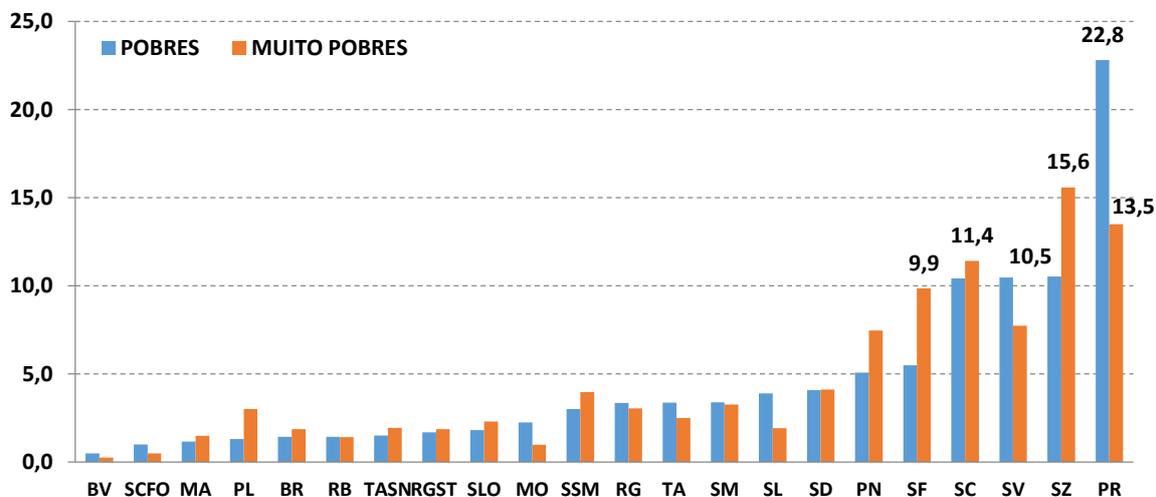
Os concelhos da Praia, Santa Cruz, São Vicente e Santa Catarina são os que albergam a maior parte das crianças abrangidas pelo inquérito, consequentemente, os com maior número de crianças pobres.

Gráfico 10 – Distribuição da população infantil pobre e muito pobre, segundo o meio de residência



Fonte: INE, IDRF 2015

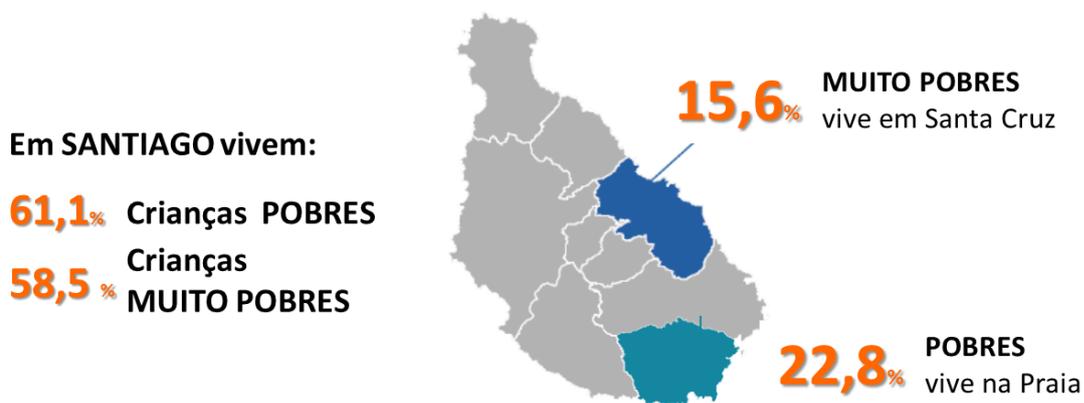
Gráfico 11 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, por concelho. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

No que concerne à pobreza extrema, a maior parte das crianças muito pobres residem no concelho de Santa Cruz, com uma percentagem de 15,6%, seguido dos de Praia e Santa Catarina, representando 13,5% e 11,4%, respetivamente.

Gráfico 12 – Concelhos com maior percentagem de crianças pobres e muito pobres. Cabo Verde, 2015



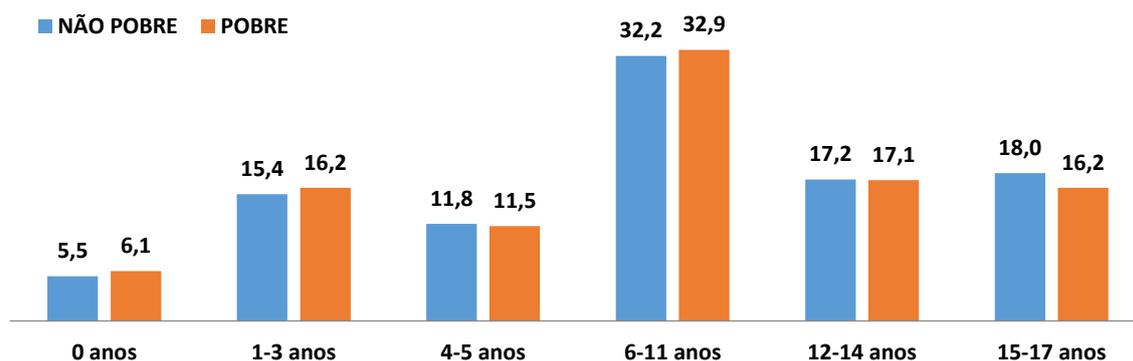
Fonte: INE, IDRF 2015

3.3 Quem são as crianças pobres

As crianças pobres, distribuídas quase que equitativamente entre os sexos (50,6% do feminino e 49,4% do masculino), têm, na sua grande maioria, idade de frequência escolar, ou seja, 32,9% com 6-11 anos (idade de frequência do ensino básico obrigatório até o 6º ano), 17,1% tem 12-14 anos e 16,2% com 15-17 anos de idade.



Gráfico 13 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo o grupo etário. Cabo Verde, 2015

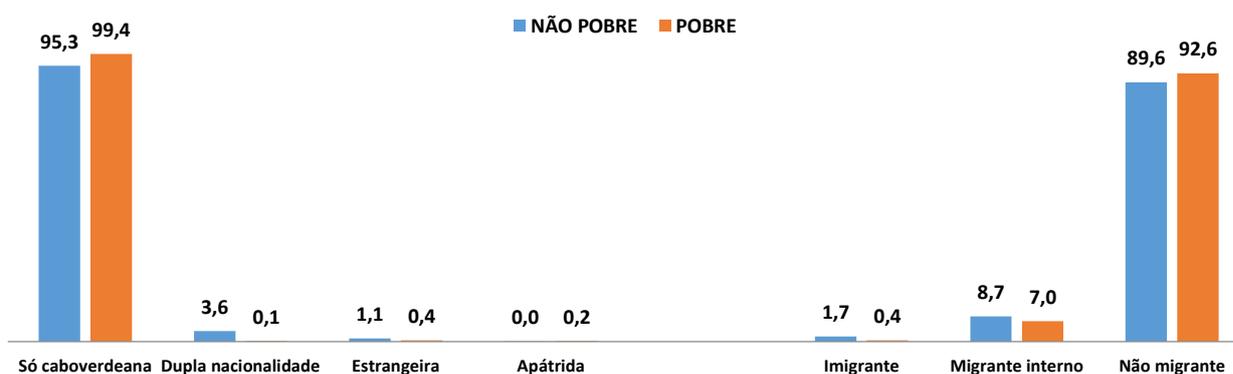


Fonte: INE, IDRF 2015

Nacionalidade e estatuto na migração

As crianças em Cabo Verde são, maioritariamente, de nacionalidade cabo-verdiana (97% a nível nacional e 99% a nível das crianças pobres). Dentre as não pobres, cerca de 3,6% tem dupla nacionalidade e 1% é de nacionalidade estrangeira. Relativamente ao estatuto na migração, os resultados estimam que a grande maioria das crianças é não migrante. Contudo, cerca de 8,7% das não pobres e 7% das pobres são migrantes internas, ou seja, nasceram num concelho diferente do de residência e 1,7% das não pobres são imigrantes.

Gráfico 14 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo a nacionalidade e o estatuto na migração. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

Estado Civil

O inquérito estima que cerca de 464 meninas com idade de 15-17 anos viviam em união conjugal, sendo que destas 50,3% vive em agregados não pobres e 49,7% em agregados pobres. Não se observou nenhum caso de união conjugal entre rapazes menores de 18 anos de idade.

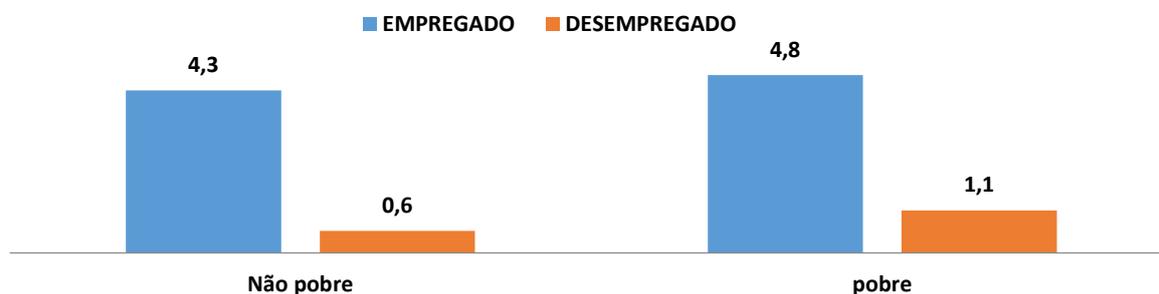
Situação perante atividade económica

As crianças devem estar a estudar e não obrigadas a trabalhar como adultos. Contudo, são muitas, pelo mundo, as que são obrigadas a trabalhar e a realizar atividades que as prejudicam, quer a nível da sua saúde quer do seu desenvolvimento como seres.

Os resultados revelam que cerca de 4,3% das crianças não pobres e 4,8% das pobres, todas com idade entre 15-17 anos, estavam a trabalhar durante o período que decorreu o inquérito, na sua grande maioria como trabalhadores familiares não remunerados ou como empregados domésticos e cerca de quase 1% estava à procura de emprego e disponível para trabalhar.



Gráfico 15 – Percentagem de crianças pobres e muito pobres empregadas e desempregadas. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

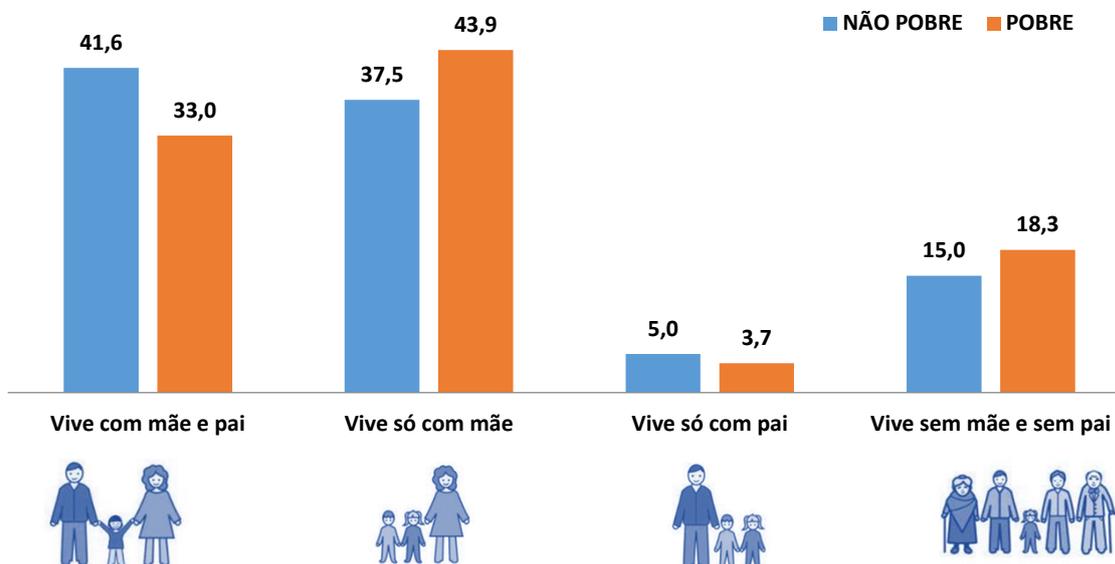
4. O ACESSO À FAMÍLIA



Um dos direitos das crianças é o direito à proteção, principalmente, de uma família, seja ela natural ou adotiva, que possa promover e garantir os seus direitos, dar-lhes amor, educação e proteção.

Os resultados estimam que 3,9% das crianças é órfão, sendo 0,1% de pai e mãe, 1% só de mãe e 2,8% só de pai, e 1% desconhece se o pai ou a mãe estão vivos. Cerca de 95% das crianças ainda têm pais biológicos vivos, mas conclui-se que 15% das crianças não pobres e 18,3% das pobres vive sem a presença da mãe e do pai no agregado familiar e mais de metade não vive com o pai e a mãe juntos. A proporção de crianças a viver com pai e mãe num mesmo agregado é de 41,6%, entre as crianças não pobres, e 33,0% entre as pobres. Cerca de 43,9% das crianças pobres e 37,5% das não pobres vive somente com a mãe no agregado. De realçar que 15,0% das crianças não pobres e 18,3% das pobres vive sem pai e mãe presentes no agregado. Cerca de 5% das não pobres e 3,7% das pobres vive só com o pai. A ausência do pai, em mais de metade das crianças órfãs, é de 2,2% nas crianças não pobres e 3,6% entre as pobres.

Gráfico 16 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo a presença dos pais no agregado familiar. Cabo Verde, 2015

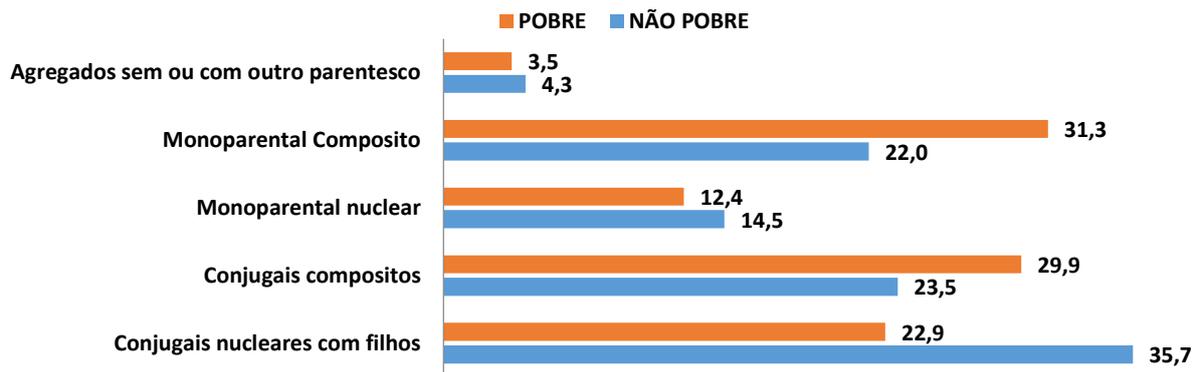


Fonte: INE, IDRF 2015

Em termos de tipologia dos agregados familiares em que as crianças vivem, pode observar-se que enquanto a maioria das crianças não pobres vive em agregados conjugais (35,7% do

tipo conjugal nuclear com os filhos e 23,5% do tipo conjugal compósito), as pobres pertencem, na sua maioria, a agregados compósitos, famílias alargadas com várias relações de parentesco. Destas, 31,3% vive em agregados monoparentais compósitos, maioritariamente representados pela mãe ou pelas avós, sem a presença do pai, e 29,9% em agregados conjugais compósitos.

Gráfico 17 – Distribuição das crianças pobres e muito pobres, segundo a tipologia do agregado familiar. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

5. O ACESSO À EDUCAÇÃO

O capital humano, em particular as crianças em idade escolar e os jovens adultos, o presente de hoje e o futuro de amanhã, constitui um recurso do país, e um dos fatores mais importantes para a redução da pobreza, em particular no processo de transição demográfica em que o país se encontra. O acesso à educação, particularmente ao ensino básico, é universal, obrigatório e gratuito em Cabo Verde. Esse investimento na educação é uma das formas de garantir o desenvolvimento e a plena participação na sociedade. O acesso à escola garante, para além da preparação da criança e do jovem adulto para a vida e para uma eventual entrada no mundo do trabalho, a educação para uma cidadania plena.

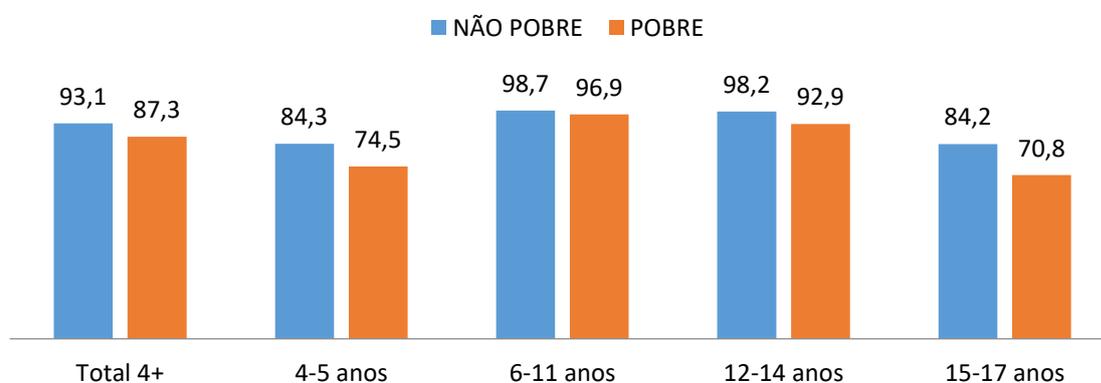
Com o objetivo de medir as oportunidades de acesso à educação da população em idade escolar, apresentam-se, neste capítulo, os indicadores de acesso e frequência escolar, do abandono escolar e o nível de instrução concluído.

5.1 Frequência escolar

De um modo global, estimou-se que 90,6% das crianças na faixa etária 4-17 anos frequentaram um estabelecimento de ensino, em 2015, sendo 93,1% entre as não pobres e 87,3% entre as pobres. Contudo, observa-se que a frequência escolar vai diminuindo com o aumento da idade, principalmente a partir dos 12 anos, idade em que entram no nível secundário e com maior incidência entre as crianças pobres.

Segue-se uma análise da frequência escolar, segundo grupos específicos de idade.

Gráfico 18 – Percentagem das crianças pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino, segundo o grupo etário. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRFB 2015

Crianças dos 3 aos 5 anos

As crianças de 4-5 anos representam cerca de 4,3% da população (11,7% do total), 42,5% das quais vivem em agregados pobres, com 13,6% em situação de pobreza extrema.

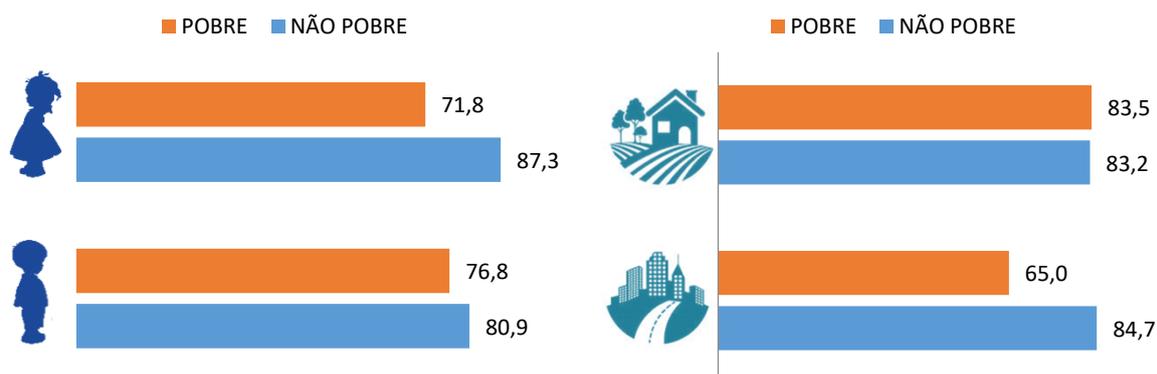
O inquérito estimou que cerca de 80,1% das crianças de 4-5 anos de idade estavam a frequentar uma creche ou jardim de infância, a nível nacional. Da análise por estatuto na pobreza e sexo das crianças, pode concluir-se que as crianças não pobres têm mais acesso à educação, nessa faixa etária, do que as crianças pobres (84,3% e 74,5%, respetivamente). Através da análise por sexo, a nível global, não se constata as diferenças de género mas, por estatuto na pobreza, os resultados permitem aferir que entre as crianças não pobres a proporção de frequência escolar é maior entre as meninas (87,3%) do que entre os meninos (80,9%). Enquanto isso, entre as pobres a proporção de frequência é maior entre os meninos (76,8%) do que entre as meninas (71,8%).



Da análise por meio de residência, verificam-se, nesta faixa etária, algumas disparidades relativamente ao acesso à educação:

- O meio rural apresenta maior percentagem de crianças, nesta idade, a frequentar um jardim (83,4%) do que o meio urbano (78,2%);
- No meio rural, não se registam diferenças de acesso com base no estatuto na pobreza;
- No meio urbano, são notórias as disparidades entre as crianças pobres e as não pobres, com 84,7% das não pobres a frequentar um jardim e 65% entre as pobres.

Gráfico 19 – Percentagem de crianças, 4-5 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino (jardim ou creche), segundo o sexo e o meio de residência. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

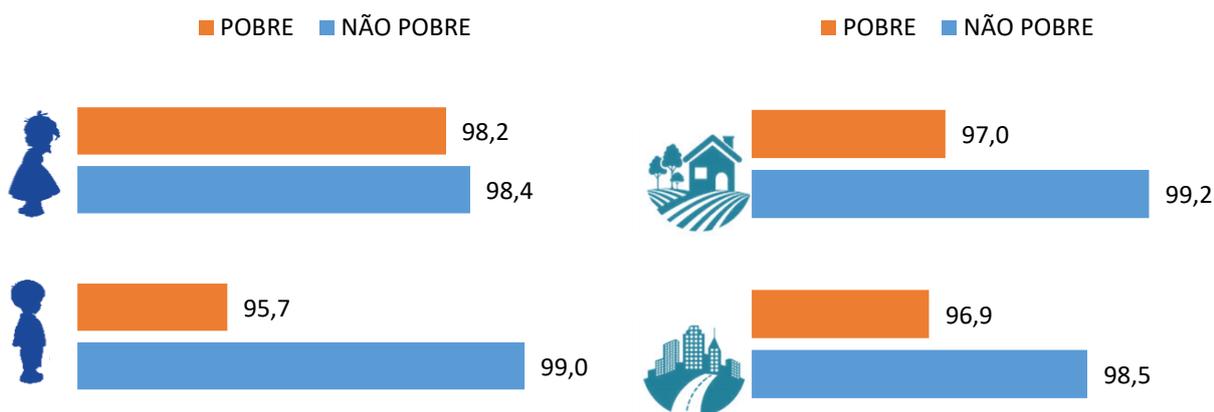
Crianças dos 6 aos 11 anos

As crianças de 6-11 anos representam cerca de 12,1% da população e 44% destas vive em agregados pobres, estando 14% na pobreza extrema.



Independentemente da situação perante a pobreza, constata-se que 97,9% das crianças dos 6 aos 11 anos estava a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do inquérito, facto que demonstra que, pelo menos nos primeiros anos de escolaridade, mesmo os pobres conseguem garantir o acesso à escolaridade das crianças que, a nível nacional, é obrigatória e gratuita.

Gráfico 20 – Percentagem de crianças, 6-11 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino (jardim ou creche), segundo o sexo e o meio de residência. Cabo Verde, 2015



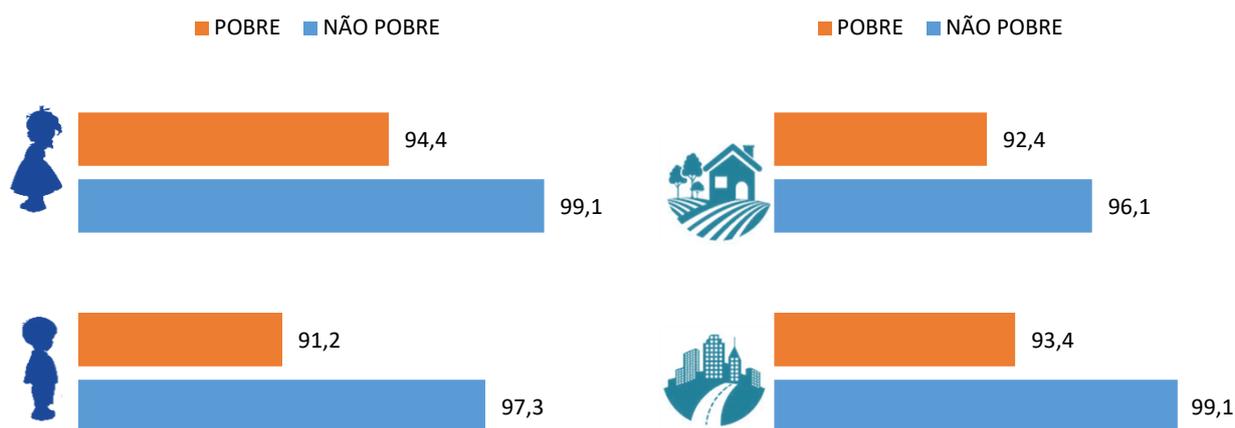
Fonte: INE, IDRF 2015

Crianças dos 12 aos 14 anos

Na faixa etária de 12-14 anos, idade de entrada para o ensino secundário, pode observar-se uma ligeira diminuição da frequência escolar, particularmente entre as crianças pobres (92,9%) e nas que vivem no meio rural. As disparidades de género já são visíveis a favor das meninas, que apresentam uma maior percentagem de frequência escolar, principalmente entre as crianças pobres. Observa-se que entre as crianças pobres, relativamente à frequência escolar, a proporção era de 94,4% para as meninas e 91,2% para os rapazes.

A frequência das crianças pobres, nesta faixa etária (12-14 anos), não apresenta disparidades entre os dois meios de residência. Já entre as crianças não pobres, observa-se que no meio rural a frequência é menor (96,1%), em relação ao meio urbano (99,1%).

Gráfico 21 – Percentagem de crianças, 12-14 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino (jardim ou creche), segundo o sexo e o meio de residência. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

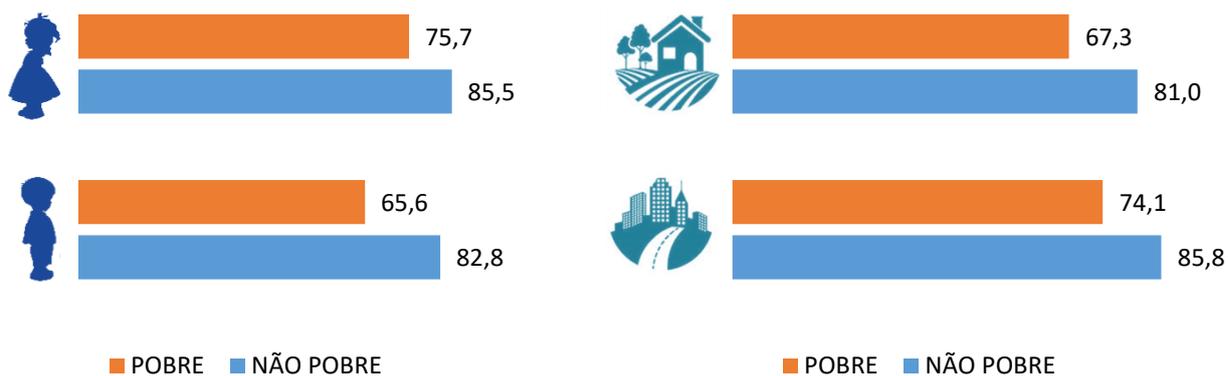
Crianças dos 15 aos 17 anos

Os jovens de 15 a 17 anos de idade representam 6,4% da população cabo-verdiana e cerca de metade (50,5%) vive em agregados pobres.

A frequência escolar sofre uma redução, nesta faixa etária, independentemente do estatuto perante a pobreza. Entre os não pobres, 84,2% encontrava-se a frequentar um estabelecimento de ensino, enquanto entre os pobres a taxa de frequência era de 70,8%. Verifica-se ainda que, nesta faixa etária, as crianças do meio urbano têm mais acesso ao ensino, particularmente as não pobres (85,8%) em relação às pobres (74,1%). No meio

rural, frequentavam um estabelecimento de ensino 81% das crianças não pobres e 67,3% das pobres. Da análise por sexo, as meninas apresentam maiores taxas de frequência (81,5%) do que os rapazes (75,9%).

Gráfico 22 – Percentagem de crianças, 15-17 anos, pobres e muito pobres, a frequentar um estabelecimento de ensino segundo o sexo e o meio de residência. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015



5.2 Abandono escolar

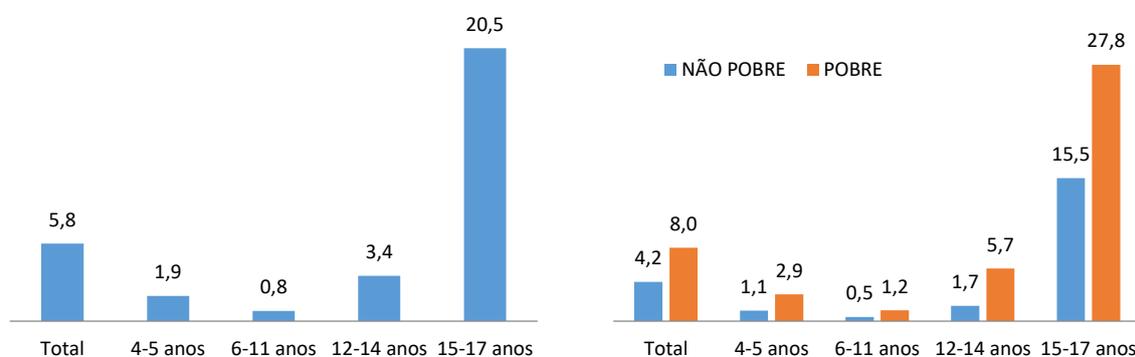
O abandono escolar é um problema social que acarreta consequências nefastas para a sociedade. A falta de capacidade financeira do agregado para cobrir as despesas de educação da criança e fazer face a outras necessidades, como a alimentação, pode estar fortemente relacionado com o abandono escolar. Em 2015, o Estado de Cabo Verde assumia como obrigatório e gratuito o 6º ano de escolaridade.



A incidência do abandono escolar, a nível nacional, para crianças dos 4 aos 17 anos, é de 5,8%. Contudo, trata-se de um fenómeno que começa aos 12 anos, com cerca de 3,4% das crianças na faixa etária de 12-14 anos, fora do sistema educativo, e que atinge 20,5% entre os adolescentes (15-17 anos).

A pobreza é determinante no processo do abandono escolar, particularmente a partir dos 12 anos, idade de entrada no ensino secundário. Cerca de 8,0% das crianças pobres e 4,2% das não pobres abandonaram o sistema educativo, em 2015. Entre os adolescentes de 12-14 anos, o abandono escolar no seio dos pobres é de 5,7%, sendo de 1,7% entre os não pobres. Relativamente aos adolescentes com 15-17 anos, o abandono atinge 27,8% dos pobres e 15,5% dos não pobres.

Gráfico 23 – Percentagem de crianças, pobres e muito pobres, que abandonaram o sistema educativo, por grupo etário. Cabo Verde, 2015

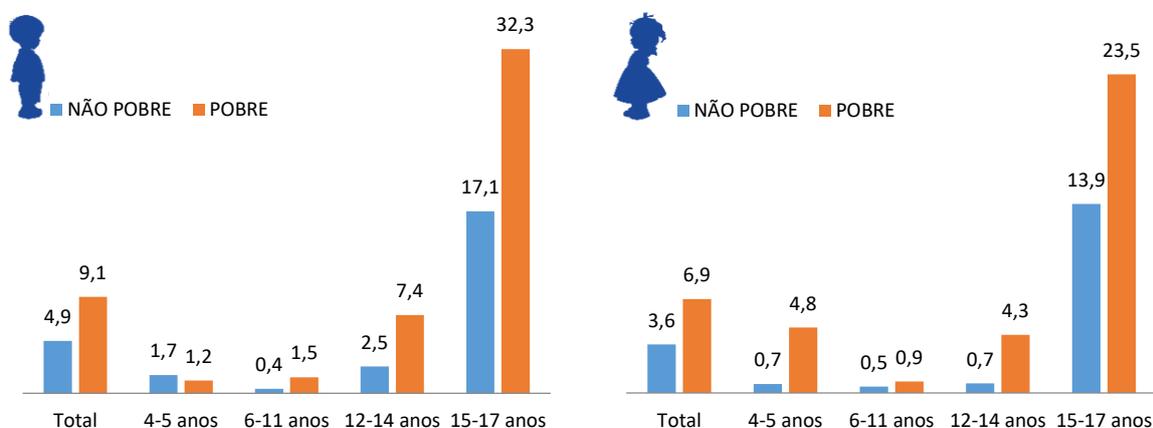


Fonte: INE, IDRF 2015

Da análise por sexo, constata-se que o abandono escolar tem maior incidência entre os rapazes, em particular entre os pobres com 15-17 anos (32,3%). Observa-se ainda que 7,4% dos pobres, na faixa etária de 12-14 anos, estavam fora do sistema educativo, em 2015.

Entre as meninas, o abandono escolar é menor. Contudo, é de se realçar que, em 2015, 23,5% das meninas pobres com 15-17 anos e 13,9% das não pobres, pertencentes à mesma faixa etária, estavam fora do sistema educativo.

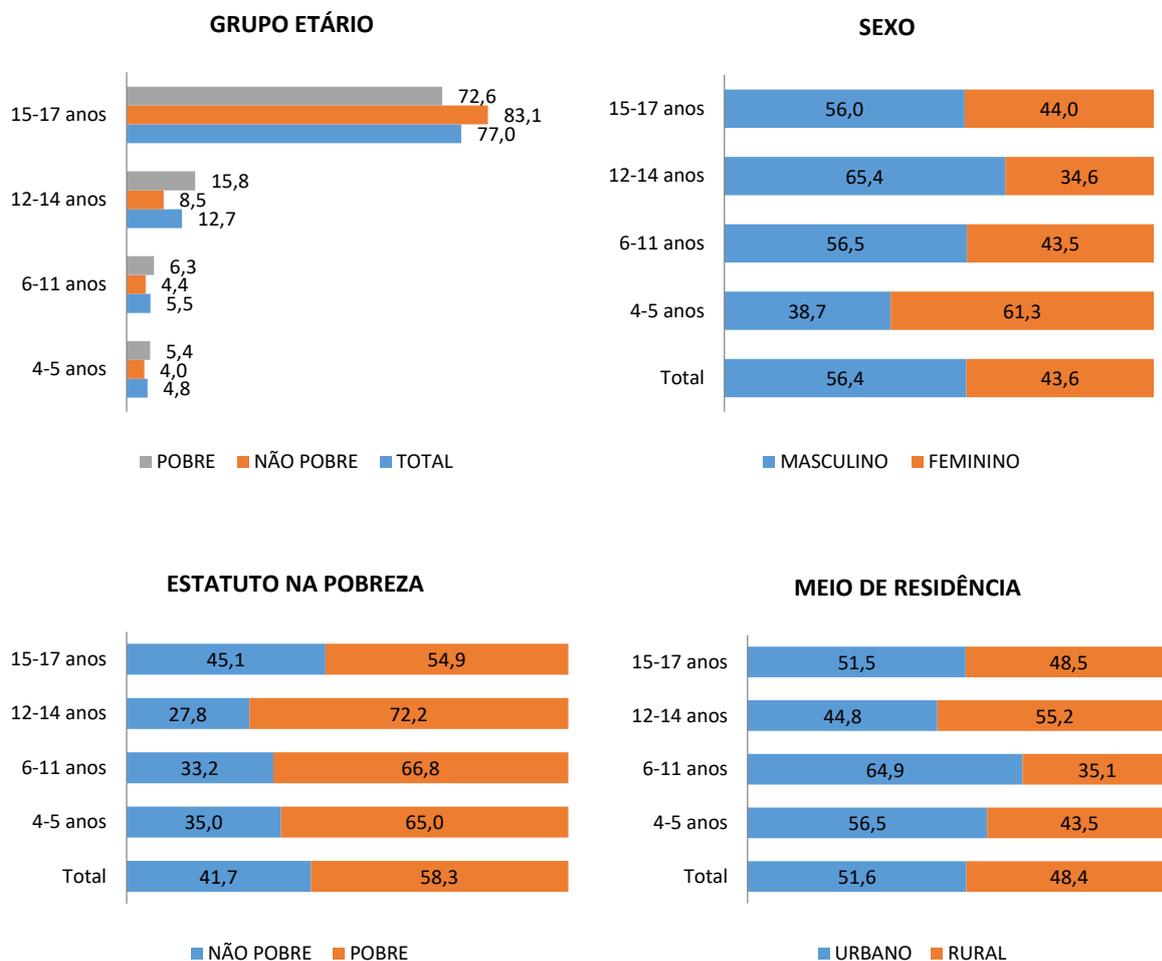
Gráfico 24 – Percentagem de crianças, pobres e muito pobres, que abandonaram o sistema educativo, por grupo etário, segundo o sexo. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

Concluindo, o abandono escolar tem maior incidência na camada masculina (56,4%) e a grande maioria são adolescentes de 15-17 anos (77%). Mais de metade vive no meio urbano (51,6%) e é pobre (58,3%).

Gráfico 25 – Distribuição de crianças que abandonaram o sistema de ensino, segundo o grupo etário, por estatuto na pobreza, e segundo o sexo, meio de residência e estatuto na pobreza, por grupos etários. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

5.3 Nível de instrução

A grande maioria das crianças, de 12-17 anos, já tinha completado o ensino básico (75%), cerca de 14% estava a frequentar ou frequentou, pela ultima vez, a 6ª classe e 11% tem a 5ª classe ou menos.

As disparidades de nível de ensino, nesta faixa etária, são visíveis, quer a nível do sexo, quer a nível do estatuto na pobreza ou meio de residência.

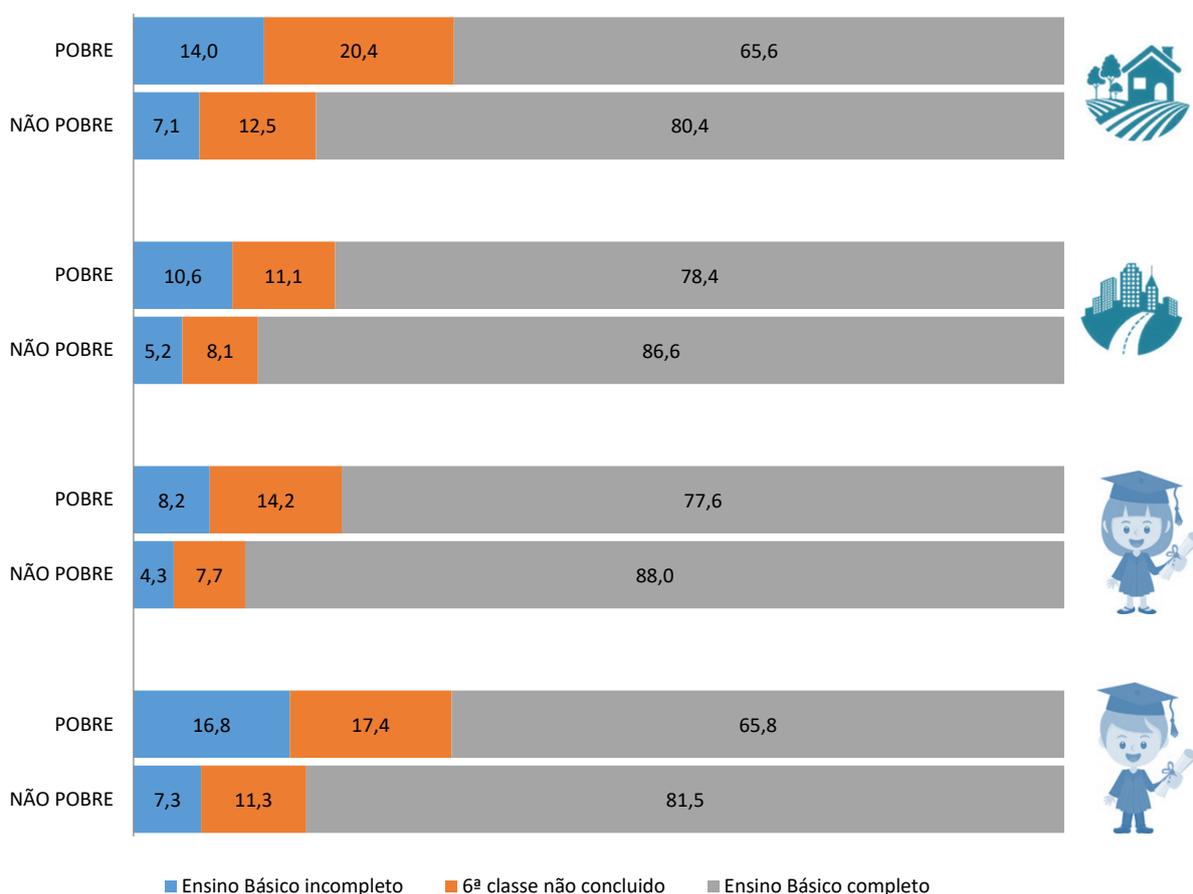


Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças

Independentemente do estatuto na pobreza, as meninas apresentam-se com maior nível de instrução, possuindo 88,0% das não pobres e 77,6% das pobres o nível básico completo e frequência do secundário, enquanto para os rapazes não pobres a percentagem é de 81,5% e para os pobres, de 65,8%.

Relativamente ao meio de residência, observa-se menor proporção de crianças de 12-14 anos sem o ensino básico completo, entre as pobres do meio rural (65,6%), enquanto no urbano 78,4% das crianças pobres e 86,6% das não pobres possuem o ensino básico completo.

Gráfico 26 – Distribuição das crianças, 12-14 anos, pobres e muito pobres, segundo o nível de instrução atingido, por sexo e meio de residência. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

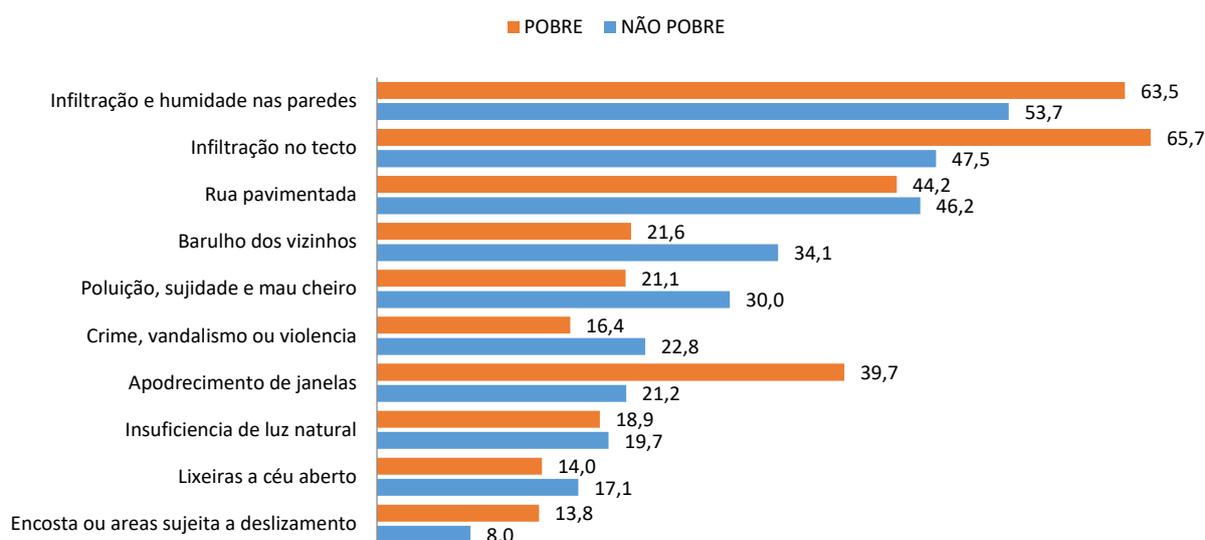
6. O ACESSO À HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA

Disponer de uma habitação condigna é universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano. Basta pensar em tudo o que um lugar seguro para viver pode representar para a dignidade, a saúde física e mental, em suma, para a qualidade de vida do ser humano. Neste ponto, interessa conhecer as características dos alojamentos onde habitam as crianças, o acesso a água potável, a instalações sanitárias condignas, entre outros aspetos que condicionam ou favorecem a vida dos agregados familiares com crianças.

6.1 Características das habitações

A grande maioria das crianças pobres residem em alojamentos que apresentam alguns problemas de habitabilidade, tais como infiltração de água no teto (65,7%) e nas paredes (63,5%), apodrecimento de janelas (39,7%) e em alojamentos localizados em ruas não pavimentadas (55,8%). Embora não sejam pobres, monetariamente, pode concluir-se que uma percentagem significativa dos agregados não pobres vive ainda, igualmente, em habitações que apresentam alguns constrangimentos de habitabilidade, tais como infiltração no teto e nas paredes. Estes estão mais expostos ao barulho de vizinhos ou da rua (34,15%), à poluição, sujidade e mau cheiro (30,0%), e a problemas de crime, vandalismo e violência (22,8%) relativamente aos pobres (16,4%).

Gráfico 27 – Percentagem de crianças, pobres e não pobres, de acordo com os problemas de habitabilidade do alojamento onde residem. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

As crianças vivem em agregados familiares com dimensões médias acima da nacional, em habitações com uma média de 3,7 divisões e com uma densidade de 2,7 pessoas, por divisão utilizada para dormir.

Entre os agregados não pobres, a dimensão média dos agregados familiares é de 3,5 pessoas mas, quando existe pelo menos uma criança, eleva-se para 5,1 pessoas. Entre os pobres, a dimensão média, a nível nacional, é de 5,5 mas, quando existem crianças, aumenta para 6,8 pessoas. A dimensão média dos agregados com crianças e a densidade por divisão de dormir é superior, no meio rural. Contudo, verifica-se que as crianças pobres do meio urbano vivem em habitações com uma densidade de 3,5 pessoas por quarto do dormir e, conseqüentemente, estão mais sujeitas à promiscuidade e outros problemas.

Tabela 3 – Dimensão do agregado familiar, número médio de divisões utilizadas e número médio de pessoas por divisão de dormir, segundo meio de residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde, 2015

	CABO VERDE			Meio de residência					
	Total	Estatuto na Pobreza		Total	Estatuto na Pobreza		Total	Estatuto na Pobreza	
		NÃO POBRE	POBRE		NÃO POBRE	POBRE		NÃO POBRE	POBRE
Dimensão do AF	5,8	5,1	6,8	5,5	4,9	6,7	6,3	5,6	6,9
Número médio divisões utilizadas	3,7	3,9	3,5	3,5	3,7	3,1	4,2	4,5	3,9
Pessoas por divisão de dormir	2,7	2,3	3,2	2,7	2,3	3,5	2,6	2,2	3,0

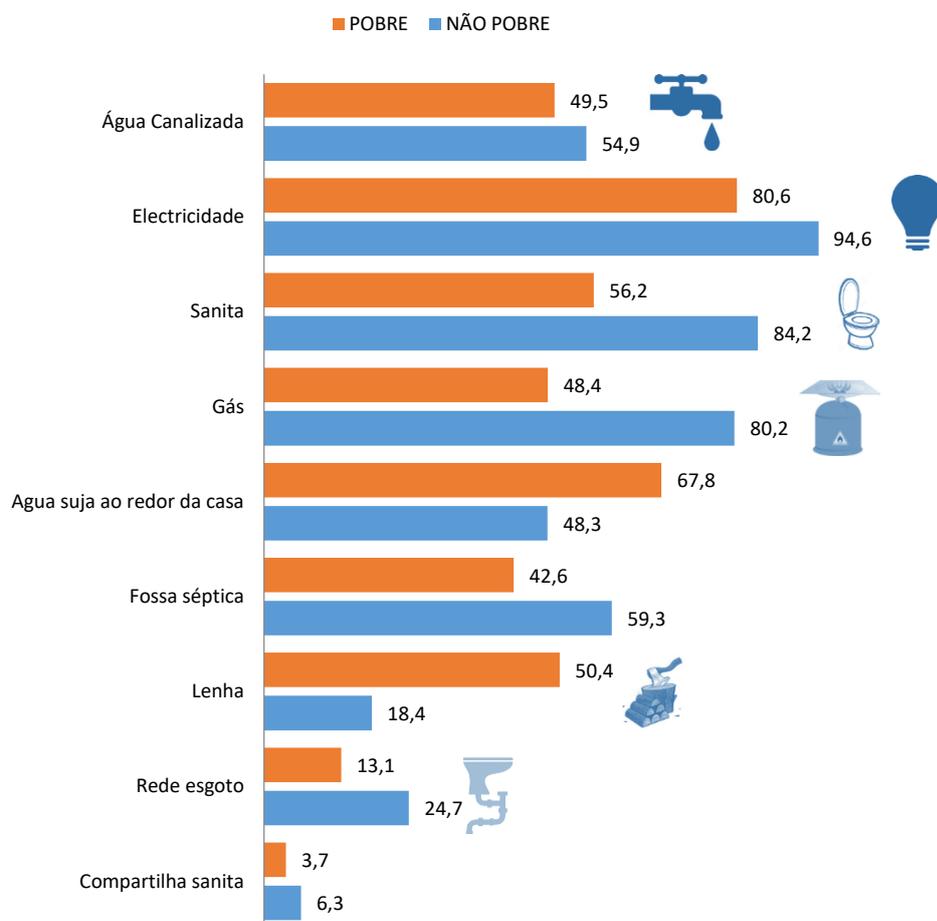
Fonte: INE, IDRF 2015

6.2 Acesso aos serviços básicos

Para além das condições monetárias precárias dos agregados familiares em que estão inseridas, as crianças pobres ainda são confrontadas com algum *deficit* de acesso a serviços básicos, nomeadamente eletricidade, água canalizada e saneamento.

Cerca de 20% das crianças pobres carecem de acesso à eletricidade, em particular os residentes no meio rural (23,8%), enquanto entre os não pobres o acesso é de 94,6%. Cerca de metade tem acesso à água canalizada (49,5%), em que somente 49,5% tem esta via como a principal fonte de abastecimento de água para beber. Entre as não pobres, o acesso a água canalizada como fonte de abastecimento de água para beber é de 54,9%. Cerca de 13,2% consome água engarrafada, em particular as residentes no meio urbano (18,8%).

Gráfico 28 – Percentagem de crianças, pobres e não pobres, com acesso aos serviços básicos, por tipo de serviço Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

Pouco mais de metade dos alojamentos pobres com crianças (56,2%) têm acesso ao saneamento, ou seja, possuem sanitas ligadas, na sua grande maioria, a fossas sépticas (42,6%). Somente 13,1% dos agregados pobres têm acesso à rede pública de esgotos. Entre os não pobres, o acesso a uma sanita é de 84,2% e cerca de 24,7% tem acesso à rede pública de esgotos. É de realçar que 6,3% dos agregados não pobres, principalmente do meio urbano (7,2%), compartilham as instalações sanitárias com outro agregado familiar.

Pese embora a existência de sistemas de evacuação das águas sujas provenientes da limpeza doméstica ou do banho, muitos agregados têm por hábito atirá-las mesmo ao redor da casa. Tal prática verifica-se, entre os agregados com crianças em 67,8% dos agregados pobres e 48,3% dos não pobres.

A nível nacional, cerca de 79% dos agregados pobres já utilizam o gás para a preparação dos alimentos, sobretudo no meio urbano (83% dos pobres), mas constata-se que os

agregados pobres, com crianças, usam mais a lenha (50,4%), indicador que merece alguma atenção, tendo em conta as consequências de inalação do fumo, principalmente para as crianças menores de cinco anos. Entre as crianças não pobres cerca de 20% vivem em agregados que habitualmente utilizam a lenha para cozinhar.

7. O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

O acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm vindo a crescer ao longo dos últimos anos, e as crianças a acompanhar e desfrutar desta evolução. Se, por um lado, o acesso e utilização das TIC trazem benefícios em relação à aprendizagem, à participação, à criatividade e à comunicação, por outro, em particular o acesso à internet, têm potencializado a exposição das crianças a vários riscos, tais como o *bullying*, a pornografia e a exploração sexual, a violação de dados pessoais e da privacidade, o rastreamento da localização geográfica, entre outros.

Neste capítulo, são analisados alguns indicadores de acesso e utilização das TIC pelas crianças, tais como a posse de telemóveis, acesso e utilização do computador e da internet.

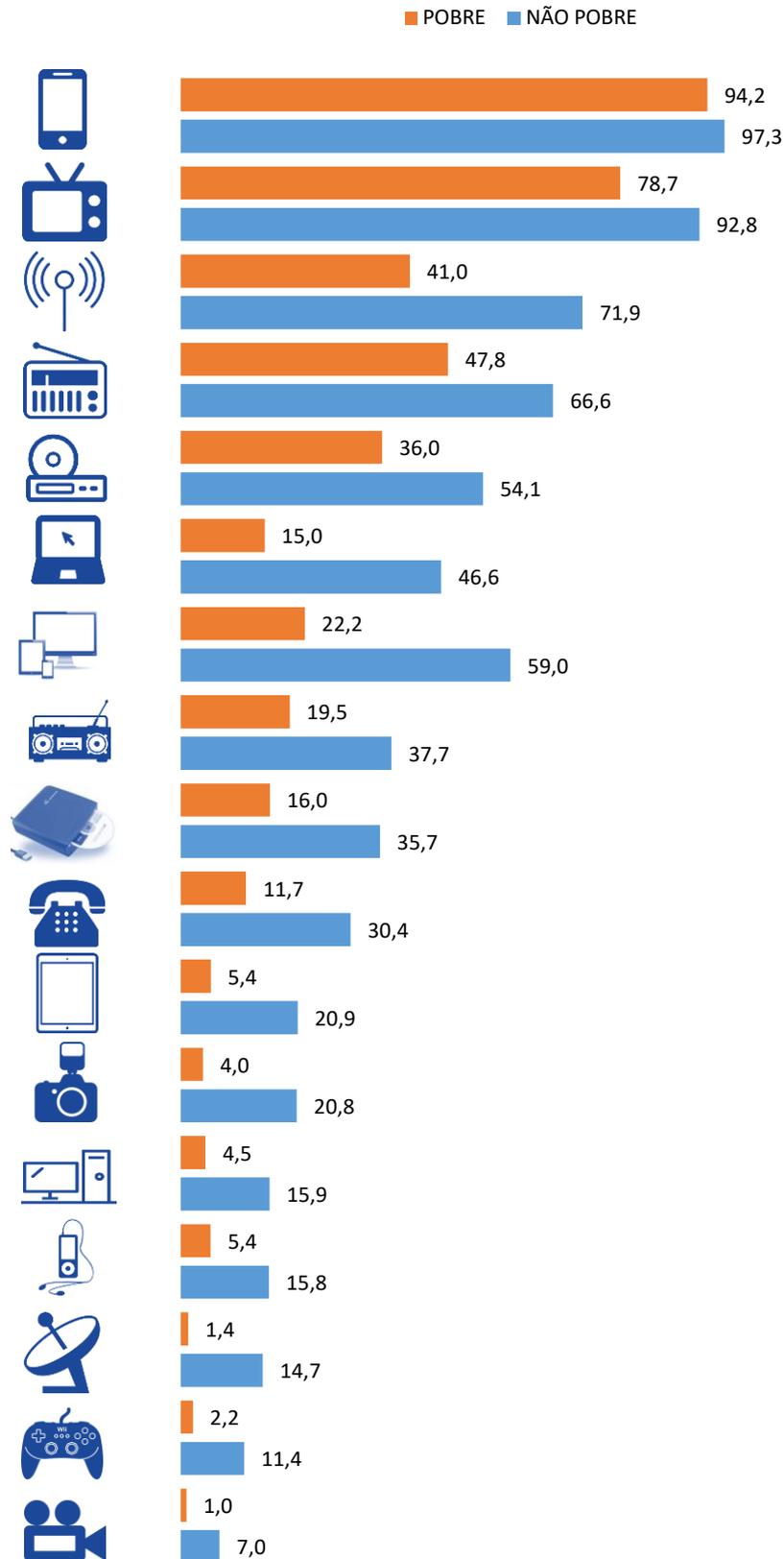
7.1 Acesso às TIC no alojamento

Os resultados permitem avaliar o nível de acesso das crianças de 10-17 anos de idade às tecnologias de informação e comunicação. Quase todas elas vivem em agregados com pelo menos um telemóvel (97,3% das crianças não pobres e 94,2% das pobres) e cerca de 40% das crianças tem telemóvel pessoal. A grande maioria tem acesso à televisão (92,8% das crianças não pobres e 78,7% das pobres) e à rádio (66,6% das não pobres e 47,8% das pobres) no alojamento. Relativamente aos outros bens de equipamento tecnológico, o acesso já é bem diferenciado entre as crianças pobres e não pobres.

Enquanto 59% das crianças não pobres tem acesso a um computador, portátil ou Tablet/Ipad em casa, e 71,9% tem acesso à internet, entre as pobres a percentagem de acesso a esses bens é de 22,2% e 41,0%, respetivamente.

Quanto a tecnologias de entretenimento como consolas de jogo, leitores de MP3/MP4 e equipamento fotográfico são ainda acedidos praticamente só por crianças não pobres.

Gráfico 29 – Percentagem de crianças, pobres e não pobres, segundo o acesso a equipamentos de tecnologias de informação e comunicação e entretenimento no agregado familiar. Cabo Verde, 2015

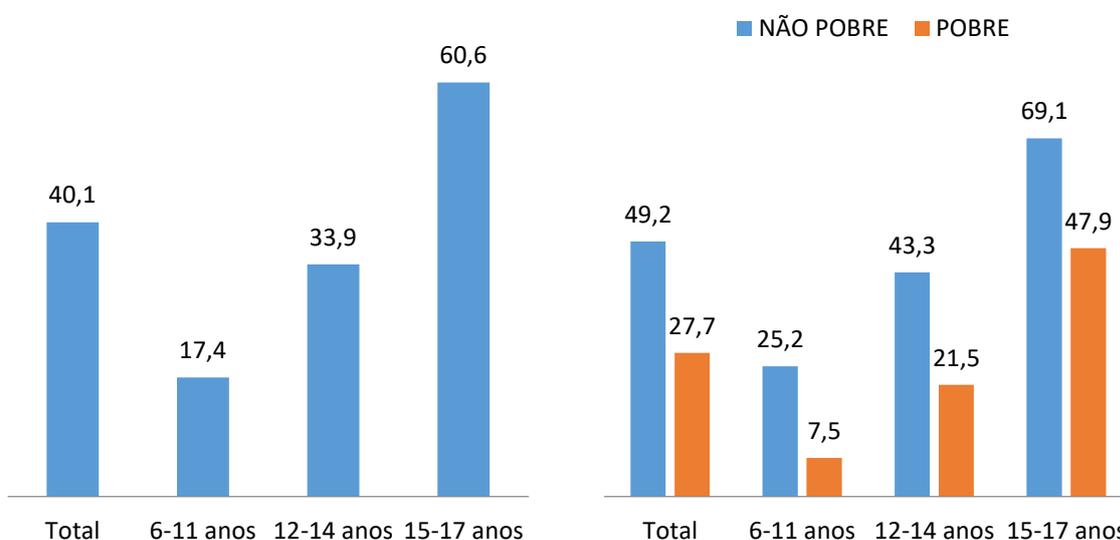


Fonte: INE, IDRF 2015

7.2 Posse de telemóvel

A nível nacional, independentemente do estatuto na pobreza, 40,1% das crianças tem um telemóvel. A posse de telemóvel aumenta com a idade: 17,4% das crianças com 10-11 anos, 33,9% das com 12-14 anos e 60,6% das com 15-17 anos possuíam um telemóvel. A posse de telemóvel é mais expressiva nas crianças não pobres (49,2%) do que nas pobres (27,7%). Entre as crianças não pobres, um quarto das de 10-11 anos (25,2%) e 69,1% dos jovens (15-17 anos) possuíam, pelo menos, um telemóvel.

Gráfico 30 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, segundo a posse de telemóvel por grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

7.3 Utilização do computador

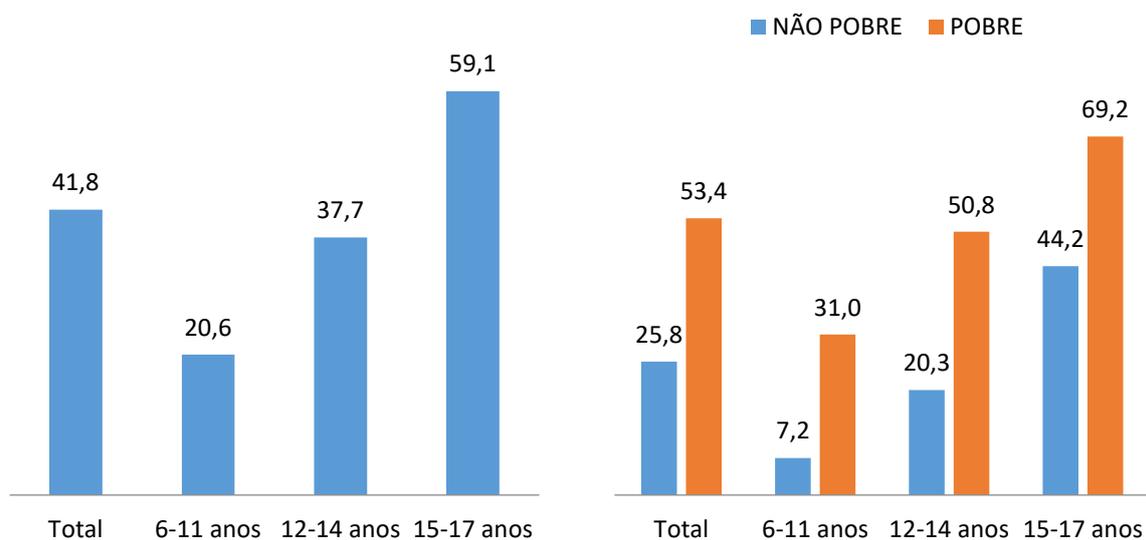
Cerca de metade das crianças de 10-17 anos declararam ter utilizado um computador alguma vez na vida e 41,8% usou um nos últimos três meses antes da entrevista. A percentagem de utilização do computador (laptop, desktop, Tablet ou Ipad) entre as crianças não pobres é superior ao dobro da verificada entre as crianças pobres: 53,4% e 25,8%, respetivamente. Além disso, utilizam-no com maior frequência, quase que diariamente (48,9%), enquanto as pobres, na sua maioria, utilizam o computador pelo menos uma vez por semana (53,0%).

A utilização é mais acentuada entre as crianças de 15-17 anos, com 69,2% das não pobres e 44,2% das pobres a utilizarem um computador nos últimos três meses. Contudo, é de

realçar que entre as crianças não pobres, 31% das com 10-11 anos e 50,8% das com 12-14 anos utilizaram um computador.

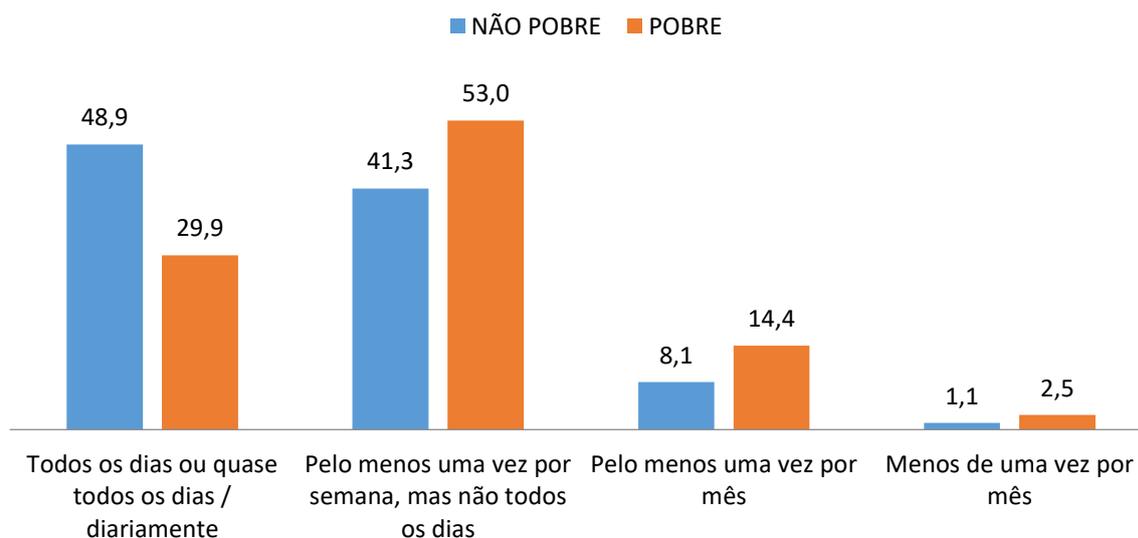
Não se registam disparidades acentuadas na utilização do computador entre as meninas e os rapazes.

Gráfico 31 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram um computador nos últimos três meses antes da entrevista, por grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRFB 2015

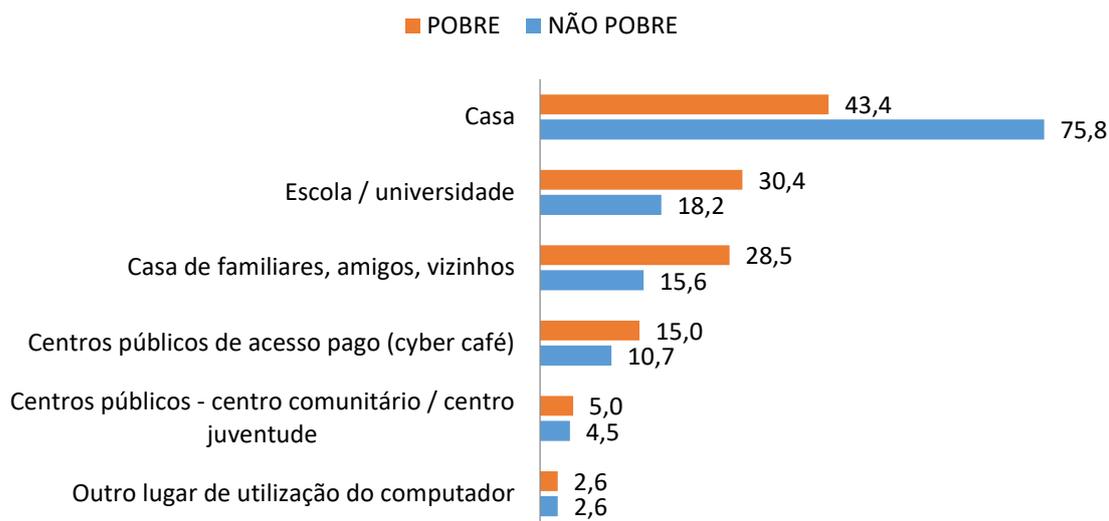
Gráfico 32 – Distribuição das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram um computador nos últimos três meses antes da entrevista, segundo a frequência de utilização, por estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRFB 2015

As crianças e adolescentes utilizam o computador, diariamente (48,9% entre os não pobres e 29,9% entre os pobres), ou pelo menos uma vez por semana, mas não todos os dias (41,3% dos não pobres e 53,0% dos pobres) e fazem-no, na sua grande maioria, em casa (67,3%), nas escolas /universidades (21,4%) ou em casa de amigos (18,9%).

Gráfico 33 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram um computador nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o local de utilização, por estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015



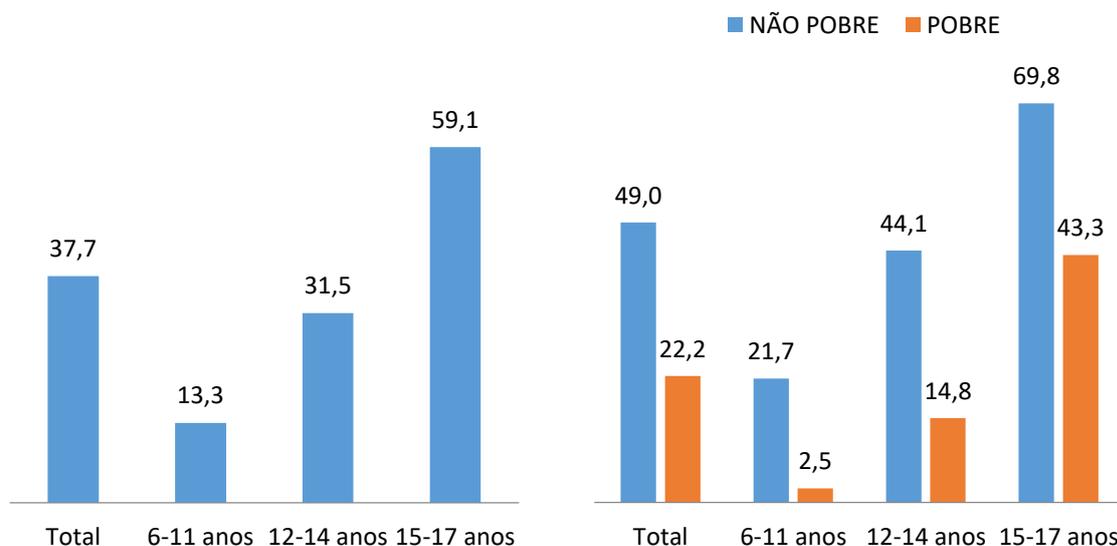
Fonte: INE, IDRF 2015

7.4 Utilização da internet

De acordo com os resultados, 37,7% das crianças de 10-17 anos utilizaram a internet, pelo menos uma vez, durante os últimos três meses antes da entrevista. A maior incidência de utilização da internet acontece entre os adolescentes de 15-17 anos, com 59,1% e, em particular, entre os não pobres (69,8%).

Assim como a utilização do computador, a da internet, por parte das crianças, é determinada, em parte, pelo estatuto na pobreza, a favor das não pobres. Entre estas, 49% utilizou a internet nos últimos três meses, e 22,2% entre as crianças pobres. As disparidades de acesso são significativas e é de realçar o facto de 21,7% das crianças não pobres, com 10-11 anos, terem utilizado a internet.

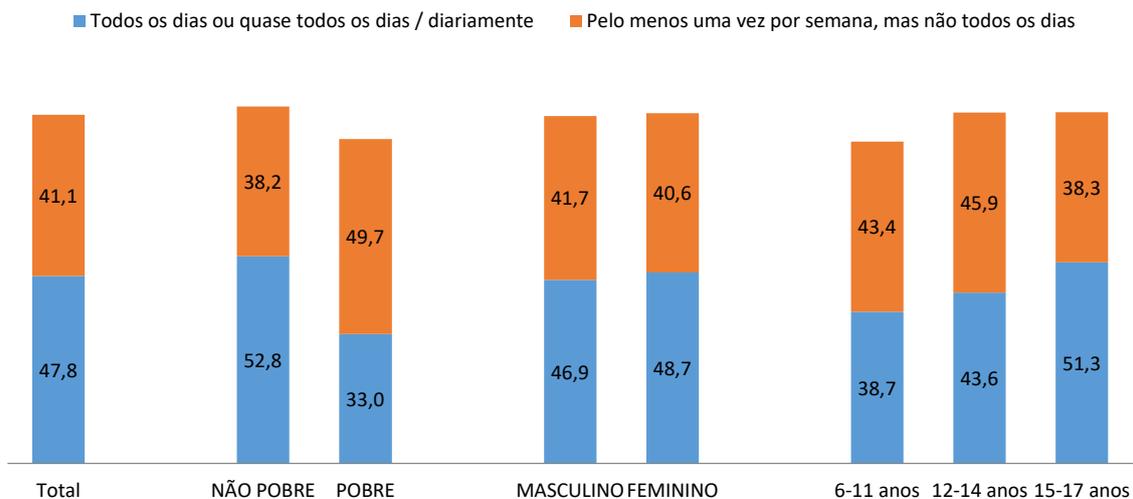
Gráfico 34 – Percentagem das crianças, pobres e não pobres, que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, por grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

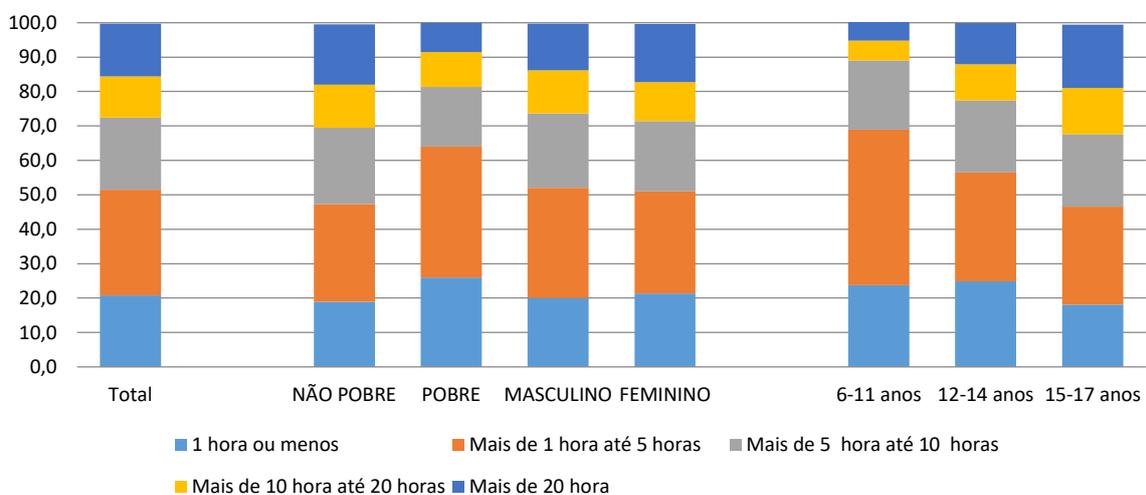
No que se refere à frequência de utilização da internet, constata-se que 89% dos usuários acedem pelo menos uma vez por semana, com 47,8% a fazê-lo todos os dias. Entre as crianças não pobres, a frequência de utilização diária é de 52,8%, com maior incidência entre os adolescentes de 15-17 anos (51,3%). Na sua grande maioria, para além de o fazerem, diariamente, constata-se que cerca de 48,1% das crianças passam, em média, mais de cinco horas semanais navegando na Internet, em que 11,9% passa entre 10-20 horas/semana e 15,3% mais de 20 horas por semana. Não se observam diferenças de acesso entre os sexos, mas constata-se que os adolescentes são os que mais tempo passam a navegar na internet (13,5% entre 10 e 20 horas/semana e 18,3% mais de 20 horas/semana).

Gráfico 35 – Distribuição das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo a frequência de utilização, por sexo, grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

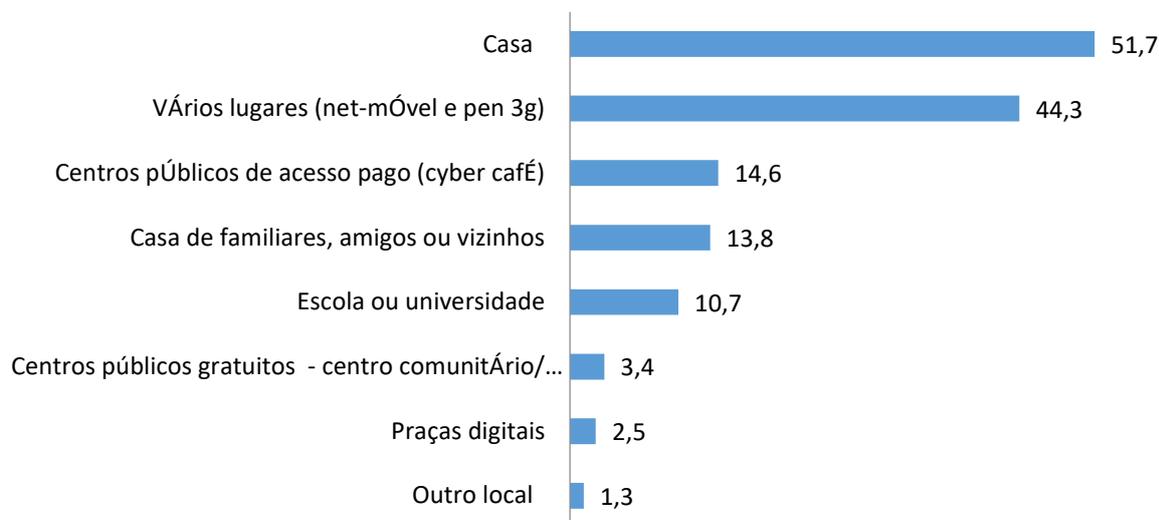
Gráfico 36 – Distribuição das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o tempo, em horas, que passam a navegar na internet, por sexo, grupo etário e estatuto de pobreza. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

O acesso à internet por parte das crianças é, geralmente, em casa (51,7%) ou através de Net-Móvel ou Pen 3G (44,3%). O acesso à internet nas escolas é de 10,7%, tendo 14,6% declarado usar centros públicos de acesso pago, tais como os cyber cafés. Somente 2,5% utiliza as praças digitais.

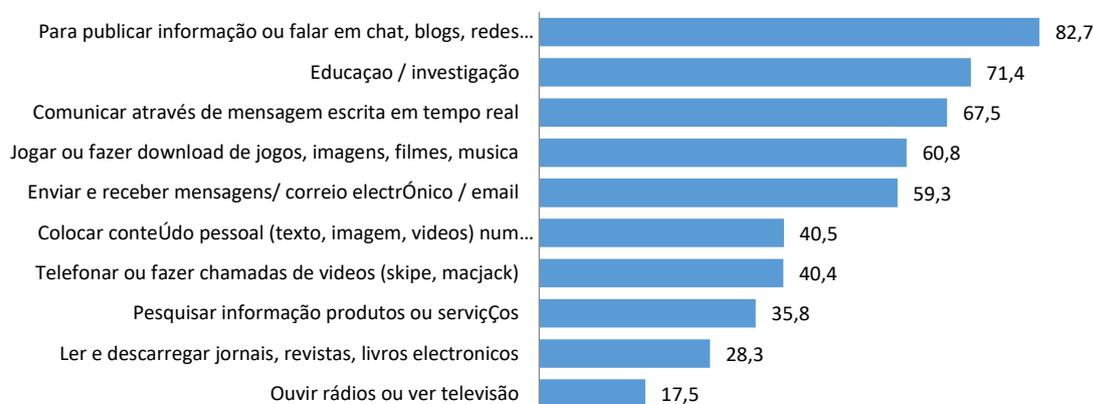
Gráfico 37 – Distribuição das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o local de utilização da internet. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

A utilização da internet por parte das crianças tem como objetivo principal o acesso a redes sociais, como por exemplo o *Facebook*, com a finalidade de publicar informações ou falar em chats (*Messenger*), com 82,7% dessas crianças a declararem estas atividades como sendo a principal finalidade de utilização da internet. Seguem-se as atividades de educação e investigação (71,4%), comunicação através de mensagem escrita em tempo real a partir do *viber*, *whatsapp*, etc. (67,5%), jogos, *download* de jogos, imagens, filmes ou música (60,8%) ou envio e receção de mensagens / correio eletrónico / email (59,3%).

Gráfico 38 – Proporção das crianças que utilizaram internet nos últimos três meses antes da entrevista, segundo o objetivo ou finalidades de utilização da internet. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

8. SITUAÇÃO NUTRICIONAL

A situação do estado nutricional das pessoas depende principalmente da quantidade e da qualidade dos alimentos ingeridos diariamente pelas pessoas. A ingestão alimentar insuficiente, em quantidade ou qualidade, durante longos períodos de tempo produzem efeitos mensuráveis no corpo humano, como o atraso no crescimento das crianças, ou uma redução do peso corporal dos adultos, assim como uma menor resistência às doenças. Assim, o exame de medidas antropométricas pode, por vezes, confirmar desequilíbrios de ordem nutricional, observados a partir dos dados de consumo alimentar e de informações sobre morbidade e saúde.

Com base nas medidas antropométricas, peso e altura, recolhidas no âmbito do IDRF 2015, elaborou-se uma análise sobre a situação nutricional da população cabo-verdiana³, cujos resultados para a população de 18 anos ou menos, crianças (0-11 anos) e adolescentes (12-17 anos) são analisados, em síntese, neste relatório.

8.1 Estado nutricional das crianças menores de 18 anos

Os resultados permitem aferir que uma em cada dez crianças menores de 18 anos (10,3%) apresenta excesso de peso e 4,9% já está em estado de obesidade.

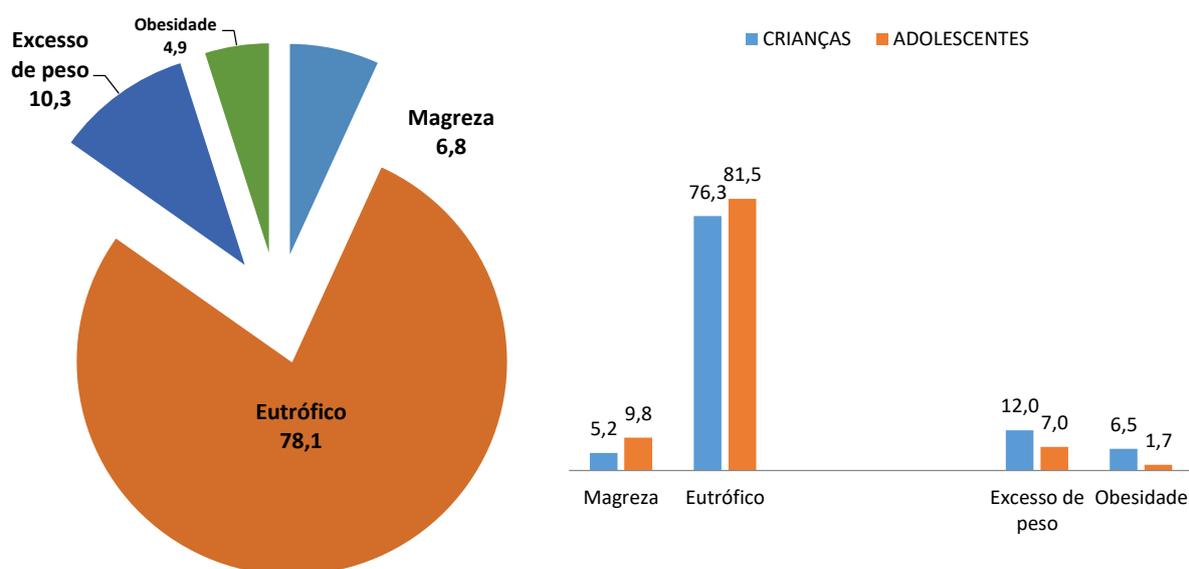


A obesidade e o excesso de peso apresentam maior incidência nas crianças menores de 12 anos, com cerca de 6,5% e 12,0%, respetivamente.

Cerca de 6,8% do total das crianças apresenta um estado de magreza, com maior incidência entre os adolescentes (12-17 anos), com cerca de 9,8%, e ainda entre as crianças menores de 12 anos, com 5,2%.

³ Consulte o Relatório “Estado Nutricional da População Cabo-verdiana – Avaliação Antropométrica”, 2015

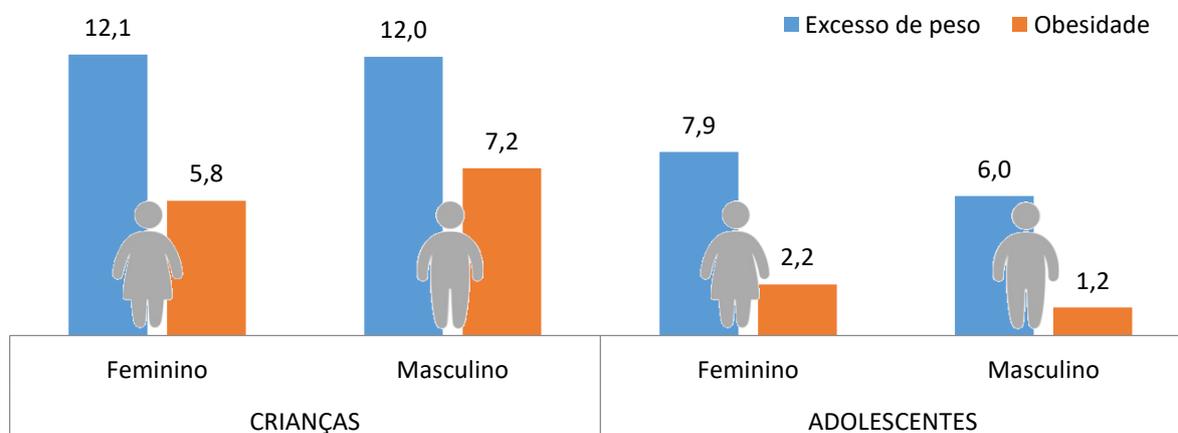
Gráfico 39 – Distribuição das crianças e adolescentes, segundo o estado nutricional. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

Da análise por sexo, observa-se que enquanto entre as crianças menores de 12 anos a obesidade é mais acentuada nas do sexo masculino (7,2%) do que entre as do sexo feminino (5,8%), e o excesso de peso tem a mesma prevalência em ambos os sexos (12%), entre os adolescentes, as meninas apresentam uma prevalência de obesidade e de excesso de peso superior, em comparação com a incidência registada entre os rapazes. Ou seja, entre as meninas adolescentes, 7,9% tem excesso de peso, contra 6,0% entre os rapazes e 2,2% sofre de obesidade, contra 1,2% entre os rapazes adolescentes.

Gráfico 40 – Proporção das crianças e adolescentes com excesso de peso ou obesidade, por sexo. Cabo Verde, 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

8.2 Estado nutricional das crianças menores de 5 anos

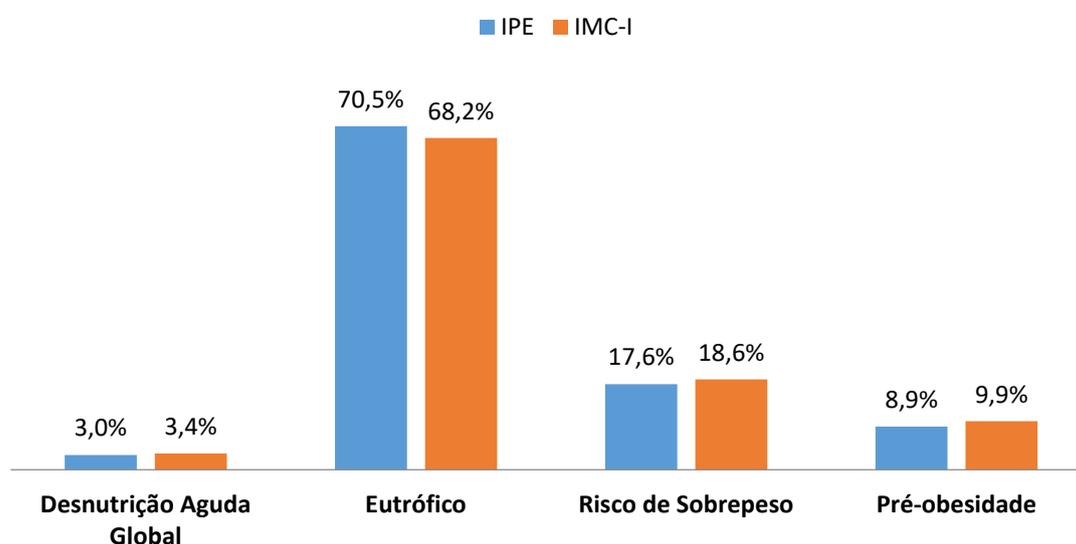
Neste subcapítulo, analisaremos somente o estado nutricional das crianças menores de 5 anos, ou de até 59 meses. Será apresentada a prevalência da desnutrição aguda, da desnutrição crônica e da insuficiência ponderal, com base nos índices de massa corporal para a idade, índice de peso para a estatura, índice de estatura e de peso para a idade, indicadores para medição do estado nutricional das crianças recomendados pela OMS.

8.2.1 Desnutrição aguda - Índice de Peso para a Estatura / Comprimento (IPE) e Índice de Massa Corporal (IMC) para a idade

O estudo apresenta, igualmente, resultados sobre o estado nutricional das crianças menores de 5 anos (59 meses) com base no Índice de Peso para a Estatura/Comprimento e no Índice de Massa Corporal (IMC) para idade.

Utilizando o índice de peso para a estatura (IPE) como referência, observa-se que a prevalência da desnutrição aguda nas crianças menores de 5 anos (59 meses) é de 3,0%, sendo a desnutrição aguda severa de 1,3% e a moderada de 1,8%.

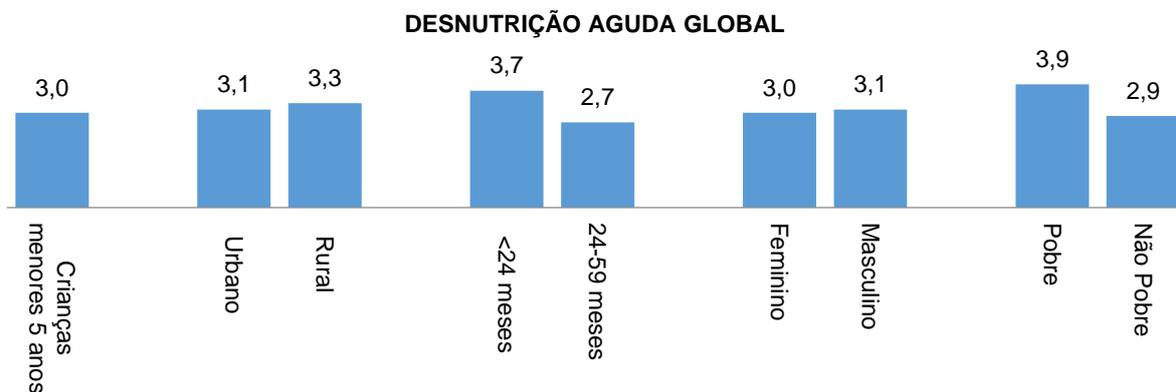
Gráfico 41 – Caracterização do estado nutricional das crianças menores de 5 anos de idade, com base nos Z-scores peso para a estatura/comprimento (IPE) e IMC para idade (IMC-I).



Fonte: INE, IDRF 2015

A desnutrição aguda tem maior incidência nas crianças menores de 24 meses (3,7%), entre as crianças pobres (3,9%) e nas que residem no meio rural (3,3%).

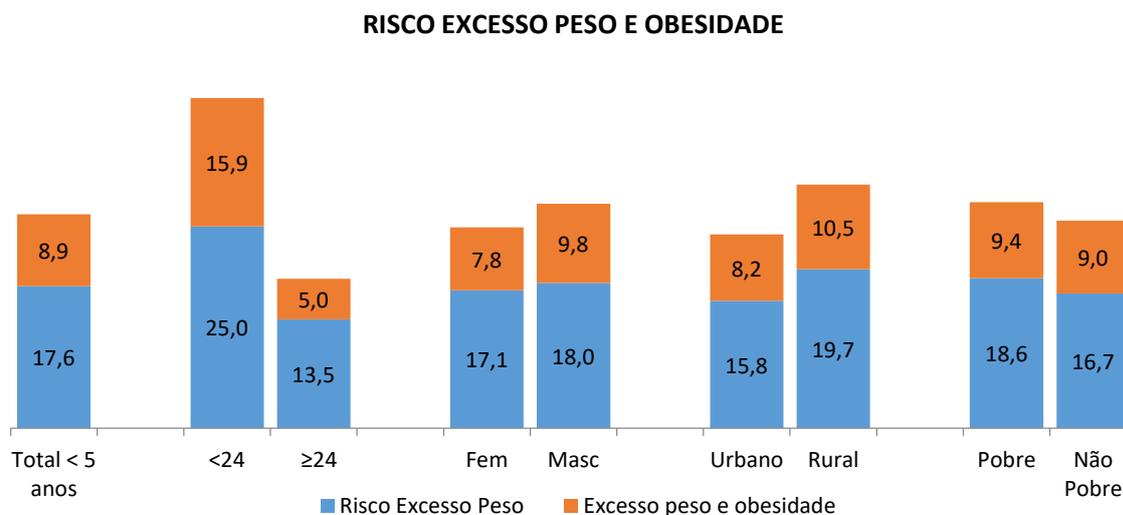
Gráfico 1: Proporção de crianças menores de 5 anos de idade, com desnutrição aguda, com base nos Z-scores peso para a estatura/comprimento (IPE). Cabo Verde 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

Relativamente à incidência de risco de sobrepeso, excesso de peso e obesidade, os resultados apontam para uma incidência, a nível nacional, de 17,6% de crianças menores de 5 anos com risco de sobrepeso e 8,9% com excesso de peso e obesidade. Este facto é mais preocupante entre as crianças menores de 24 meses, faixa etária onde se verifica 25% com risco de sobrepeso e 15,9% com excesso de peso e obesidade. O excesso de peso e a obesidade afetam mais as crianças do sexo masculino (18,0% com risco de excesso de peso, contra 17,1% entre as meninas e 9,8% com obesidade contrapondo a 7,8% de meninas). No meio rural, 19,7% apresenta risco de excesso de peso, com 10,5% no meio urbano e 15,8% de excesso de peso e obesidade, em contraste com 8,2% no urbano).

Gráfico 42 – Proporção de crianças menores de 5 anos de idade, com risco de excesso de peso ou excesso de peso e obesidade, com base nos Z-scores peso para a estatura/comprimento (IPE), segundo grupo etário, sexo, meio de residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015



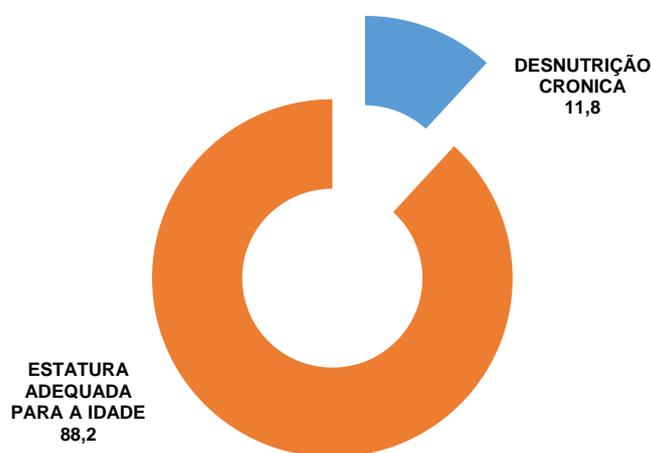
Fonte: INE, IDRF 2015

8.2.2 Desnutrição crónica - Índice de Estatura para a Idade (IEI)

Com base no índice de estatura para a idade (IEI), verifica-se que a prevalência da desnutrição aguda nas crianças menores de 5 anos é de 11,8%. A desnutrição crónica apresenta prevalências mais elevadas entre as crianças com 24-59 meses (11,8%) contra 9,7% entre as menores de 24 meses. Por sexo, observa-se que a incidência da desnutrição crónica é mais elevada nos rapazes, com 16,6%, sendo de 9,8% entre as meninas. Por estatuto na pobreza, constata-se que a prevalência é maior entre as crianças não pobres (11,9%), em comparação com o que se verifica nas pobres (10%).

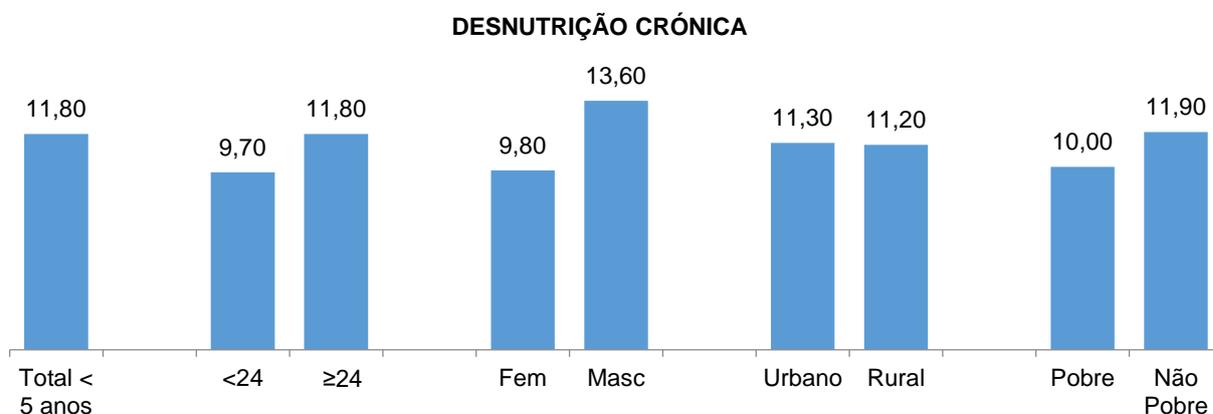
Por meio de residência, não se verificam diferenças significativas.

Gráfico 43 – Distribuição das crianças menores de 5 anos de idade, segundo o Índice de Estatura para a Idade (IEI). Cabo Verde 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

Gráfico 44 – Proporção de crianças menores de 5 anos de idade, com desnutrição crónica, com base no Índice de Estatura para a Idade (IEI), por grupo etário, sexo, meio de residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015

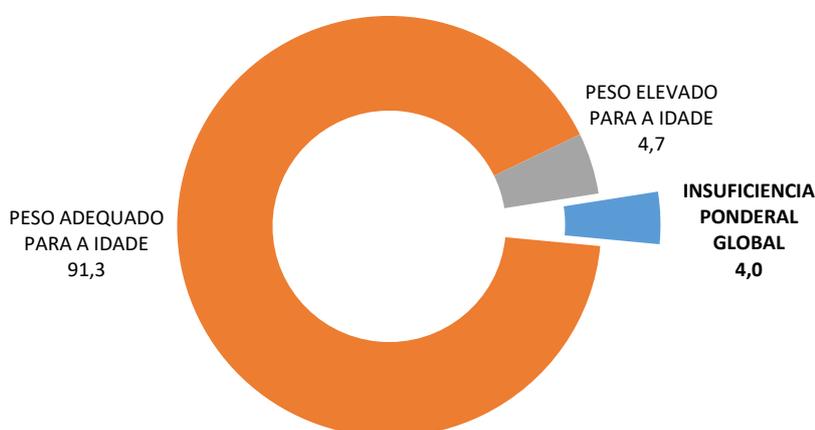


Fonte: INE, IDRF 2015

8.2.3 Insuficiência ponderal – Índice de Peso para a Idade (IPI)

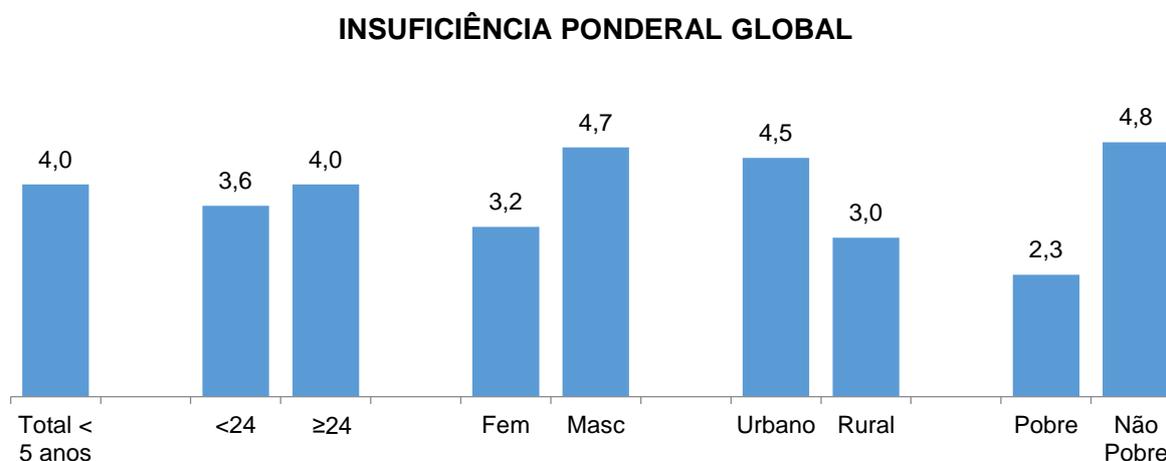
Relativamente ao Índice de Peso para a Idade (IPI), verifica-se que a Insuficiência Ponderal é de 4,0%, com maior incidência entre as crianças de 24-59 meses (4,0%), sendo de 3,6% entre as com menos de 24 meses. Da análise por sexo, constata-se que a incidência é mais acentuada entre os rapazes (4,7%) do que entre as meninas (3,2%). Relativamente ao meio de residência, observa-se uma maior incidência de crianças com Insuficiência ponderal global no meio urbano (4,5%) do que no rural (3,0%). Por estatuto na pobreza, as crianças não pobres apresentam uma maior incidência de insuficiência ponderal global (4,8%) do que entre as pobres (2,3%).

Gráfico 45 – Distribuição das crianças menores de 5 anos de idade, segundo o Índice de Peso para a Idade (IEI). Cabo Verde 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

Gráfico 46 – Proporção de crianças menores de 5 anos de idade, com insuficiência ponderal global, com base no Índice de Peso para a Idade (IEI), por grupo etário, sexo, meio de residência e estatuto na pobreza. Cabo Verde 2015



Fonte: INE, IDRF 2015

9. Tabulações

Tabela 4 – População total, população de 0-17 anos e distribuição da população 0-17 anos, segundo grupo etário, por meio de residência, sexo e concelho. Cabo Verde, 2015

	TOTAL POPULAÇÃO	TOTAL POPULAÇÃO 0-17 ANOS	Distribuição da população 0-17 anos em grupos etários					
			0 anos	1-3 anos	4-5 anos	6-11 anos	12-14 anos	15-17 anos
CABO VERDE	511 217	189 747	10 862	29 864	22 147	61 666	32 573	32 636
MEIO DE RESIDÊNCIA								
Urbano	328 815	118 086	7 446	19 505	13 924	37 540	20 116	19 556
Rural	182 402	71 661	3 416	10 359	8 223	24 126	12 457	13 080
SEXO								
Masculino	245 838	94 533	5 747	15 384	11066	29966	16226	16144
Feminino	265 379	95 214	5 115	14 480	11081	31699	16347	16492
CONCELHO								
Ribeira Grande	17 508	5 620	267	862	738	1575	1005	1 173
Paul	5 251	1 555	59	139	165	639	179	374
Porto Novo	18 228	6 795	283	1 199	861	2 176	1 102	1 174
São Vicente	75 162	23 698	1 301	3 482	2 555	7 608	4 062	4 691
Ribeira Brava	8 345	2 826	147	416	337	961	491	473
Tarrafal de São Nicolau	5 233	1 872	55	269	205	653	380	310
Sal	31 370	12 641	694	2 501	1 494	4 054	2 037	1 860
Boavista	11 679	3 625	238	859	480	975	643	428
Maio	6 130	2 385	132	313	230	776	487	447
Tarrafal	18 199	7 034	442	965	789	2 340	1 023	1 473
Santa Catarina	46 615	19 103	1 200	2 852	2 508	6 034	2 924	3 584
Santa Cruz	29 556	13 046	738	2 217	1 556	4 218	2 306	2 012
Praia	142 287	52 655	3 717	8 784	6 373	16 711	9 150	7 920
São Domingos	15 081	5 919	279	599	536	2 169	1 240	1 097
São Miguel	15 455	6 379	234	724	909	2 057	1 401	1 054
São Salvador do Mundo	8 913	3 635	132	412	423	1 197	677	795
São Lourenço dos Órgãos	7 314	3 034	64	309	309	1 054	678	621
Ribeira Grande de Santiago	8 748	3 203	139	605	292	1 151	359	657
Mosteiros	8 896	3 412	133	644	248	1 289	408	690
São Filipe	19 940	7 165	385	1 136	691	2 528	1 258	1 166
Santa Catarina do Fogo	4 991	1 883	112	214	201	697	357	303
Brava	6 316	2 262	111	363	246	803	405	333

Fonte: INE, IDRF 2015

Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças

Tabela 5 – Distribuição da população 0-17 anos, segundo estatuto na pobreza, incidência da pobreza global e da pobreza extrema, por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho. Cabo Verde, 2015

	TOATAL CRIANÇAS	ESTATUTO NA POBREZA			INCIDENCIA POBREZA GLOBAL (%)	INCIDENCIA POBREZA EXTREMA (%)
		NÃO POBRE	POBRE	MUITO POBRE		
CABO VERDE	189 747	108 102	81 645	26 796	43,0	14,1
MEIO DE RESIDÊNCIA						
Urbano	118 086	76 315	41 770	8 988	35,4	7,6
Rural	71 661	31 786	39 875	17 808	55,6	24,9
SEXO						
Masculino	94 533	54 205	40328	13146	42,7	13,9
Feminino	95 214	53 897	41317	13651	43,4	14,3
GRUPO ETÁRIO						
0 anos	10 862	5 900	4 962	1 776	45,7	16,4
1-3 anos	29 864	16 656	13 208	4 417	44,2	14,8
4-5 anos	22 147	12 741	9 406	3 008	42,5	13,6
6-11 anos	61 666	34 785	26 880	8 939	43,6	14,5
12-14 anos	32 573	18 594	13 979	4 584	42,9	14,1
15-17 anos	32 636	19 425	13 210	4 071	40,5	12,5
CONCELHO						
Ribeira Grande	5 620	2 877	2 744	818	48,8	14,6
Paul	1 555	485	1 070	805	68,8	51,8
Porto Novo	6 795	2 651	4 143	2 001	61,0	29,4
São Vicente	23 698	15 155	8 543	2 073	36,0	8,7
Ribeira Brava	2 826	1 655	1 171	381	41,4	13,5
Tarrafal de São Nicolau	1 872	640	1 232	519	65,8	27,7
Sal	12 641	9 450	3 191	516	25,2	4,1
Boavista	3 625	3 224	400	68	11,0	1,9
Maio	2 385	1 429	956	397	40,1	16,7
Tarrafal	7 034	4 284	2 750	670	39,1	9,5
Santa Catarina	19 103	10 601	8 502	3 058	44,5	16,0
Santa Cruz	13 046	4 450	8 596	4 176	65,9	32,0
Praia	52 655	34 041	18 615	3 615	35,4	6,9
São Domingos	5 919	2 592	3 327	1 104	56,2	18,6
São Miguel	6 379	3 603	2 775	874	43,5	13,7
São Salvador do Mundo	3 635	1 179	2 456	1 066	67,6	29,3
São Lourenço dos Órgãos	3 034	1 556	1 478	616	48,7	20,3
Ribeira Grande de Santiago	3 203	1 830	1 373	500	42,9	15,6
Mosteiros	3 412	1 573	1 839	264	53,9	7,7
São Filipe	7 165	2 674	4 491	2 641	62,7	36,9
Santa Catarina do Fogo	1 883	1 059	824	135	43,7	7,2
Brava	2 262	1 092	1 170	501	51,7	22,1

Fonte: INE, IDRF 2015

Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças

Tabela 6 – Percentagem de crianças de 3-5 anos que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento, segundo sexo e estatuto na pobreza, por meio de residência e concelho. Cabo Verde 2015

	FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS 3-5 ANOS								
	AMBOS OS SEXOS			MASCULINO			FEMININO		
	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE
CABO VERDE	67,3	73,2	59,3	67,0	70,9	61,8	67,6	75,4	56,7
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	67,5	75,5	51,4	67,6	72,5	58,6	67,4	78,2	43,6
Rural	66,9	66,7	67,1	65,8	66,6	65,3	68,0	66,8	68,9
CONCELHO									
Ribeira Grande	58,7	64,2	54,4	63,3	61,5	64,4	53,7	66,6	41,7
Paul	73,7	75,5	73,1	69,3	45,0	76,3	78,8	100,0	68,9
Porto Novo	61,0	70,0	54,1	58,8	71,6	50,1	63,2	68,6	58,6
São Vicente	72,4	82,1	54,7	67,0	76,2	52,7	78,2	87,5	57,3
Ribeira Brava	83,7	87,0	77,8	82,5	83,7	79,2	85,2	93,1	76,9
Tarrafal de São Nicolau	67,5	86,0	52,1	56,3	77,1	29,5	78,3	100,0	66,7
Sal	71,1	78,3	48,6	72,7	80,1	45,3	69,7	76,5	51,0
Boavista	76,8	81,3	56,0	77,6	83,3	34,0	75,8	78,0	69,4
Maio	81,9	83,7	79,8	82,0	85,1	76,8	81,9	81,6	82,1
Tarrafal	62,7	61,0	64,8	48,2	45,1	50,2	73,5	68,0	84,1
Santa Catarina	63,7	59,5	69,0	58,6	57,5	60,0	68,2	61,3	76,1
Santa Cruz	54,6	67,3	48,3	56,4	73,0	44,8	52,2	54,3	51,6
Praia	64,9	72,6	49,4	67,4	68,2	66,0	62,5	76,3	28,2
São Domingos	79,4	57,5	87,2	82,8	64,0	89,4	75,5	50,0	84,5
São Miguel	93,8	90,5	100,0	100,0	100,0	100,0	89,2	84,5	100,0
São Salvador do Mundo	77,3	93,9	69,4	82,2	100,0	74,0	75,1	91,3	67,2
São Lourenço dos Órgãos	86,4	88,1	84,3	86,9	88,4	84,9	85,5	87,4	83,5
Ribeira Grande de Santiago	64,3	71,8	58,2	66,9	61,9	71,0	61,2	84,1	42,6
Mosteiros	61,8	58,5	65,6	51,4	39,3	68,8	70,7	78,4	63,4
São Filipe	58,4	65,3	55,4	73,8	90,8	65,5	47,3	44,1	48,5
Santa Catarina do Fogo	48,1	48,0	48,1	27,6	20,1	41,8	75,6	89,1	55,5
Brava	78,5	79,6	77,3	75,5	73,7	76,9	82,8	84,9	78,2

Fonte: INE, IDRF 2015

Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças

Tabela 7 – Percentagem de crianças de 6-11 anos que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento, segundo sexo e estatuto na pobreza, por meio de residência e concelho. Cabo Verde 2015

	FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS 6-11 ANOS								
	AMBOS OS SEXOS			MASCULINO			FEMININO		
	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE
CABO VERDE	97,9	98,7	96,9	97,6	99,0	95,7	98,3	98,4	98,2
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	97,9	98,5	96,9	97,3	98,8	94,8	98,4	98,3	98,7
Rural	98,0	99,2	97,0	97,9	99,5	96,5	98,1	98,7	97,6
CONCELHO									
Ribeira Grande	97,8	97,6	97,9	96,0	95,7	96,4	100,0	100,0	100,0
Paul	98,3	100,0	97,2	100,0	100,0	100,0	96,9	100,0	94,6
Porto Novo	98,6	100,0	97,6	98,7	100,0	97,8	98,6	100,0	97,4
São Vicente	98,2	99,1	96,5	97,5	100,0	92,8	98,9	98,4	100,0
Ribeira Brava	95,0	98,5	91,2	94,9	97,2	92,4	95,2	100,0	89,9
Tarrafal de São Nicolau	87,2	95,3	83,7	88,4	89,5	87,8	86,3	100,0	80,7
Sal	97,2	97,7	95,7	97,0	98,7	91,0	97,4	96,6	100,0
Boavista	98,3	98,1	100,0	98,0	97,9	100,0	98,5	98,4	100,0
Maio	98,1	98,5	97,4	100,0	100,0	100,0	96,4	97,2	94,8
Tarrafal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Santa Catarina	97,7	100,0	94,9	97,0	100,0	93,5	98,4	100,0	96,4
Santa Cruz	97,6	98,6	97,1	96,4	100,0	94,2	98,9	97,1	100,0
Praia	98,5	98,8	98,0	98,4	99,4	96,9	98,5	98,2	99,0
São Domingos	97,9	98,5	97,4	98,7	97,3	100,0	97,1	100,0	95,1
São Miguel	97,9	96,6	100,0	100,0	100,0	100,0	96,7	94,8	100,0
São Salvador do Mundo	99,2	100,0	98,9	100,0	100,0	100,0	98,5	100,0	97,8
São Lourenço dos Órgãos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ribeira Grande de Santiago	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mosteiros	93,6	91,4	95,6	90,7	86,4	94,0	100,0	100,0	100,0
São Filipe	97,2	100,0	95,5	96,4	100,0	94,2	98,0	100,0	96,7
Santa Catarina do Fogo	96,1	100,0	92,0	92,5	100,0	86,5	100,0	100,0	100,0
Brava	99,2	98,4	100,0	100,0	100,0	100,0	98,3	96,1	100,0

Fonte: INE, IDRF 2015

Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças

Tabela 8 – Percentagem de crianças de 12-14 anos que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento, segundo sexo e estatuto na pobreza, por meio de residência e concelho. Cabo Verde 2015

FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS 12-14 ANOS									
	AMBOS OS SEXOS			MASCULINO			FEMININO		
	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE
CABO VERDE	95,9	98,2	92,9	94,9	97,3	91,2	97,0	99,1	94,4
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	97,1	99,1	93,4	95,8	98,4	90,4	98,5	99,8	96,1
Rural	94,0	96,1	92,4	93,4	95,0	92,0	94,6	97,3	92,8
CONCELHO									
Ribeira Grande	96,7	100,0	92,8	100,0	100,0	100,0	93,5	100,0	88,1
Paul	88,4	100,0	84,8	87,7	100,0	85,8	88,9	100,0	83,8
Porto Novo	93,9	100,0	91,2	93,7	100,0	89,8	94,0	100,0	92,2
São Vicente	96,5	98,0	94,0	96,1	98,1	92,6	96,8	98,0	95,1
Ribeira Brava	96,2	100,0	88,4	94,9	100,0	85,5	100,0	100,0	100,0
Tarrafal de São Nicolau	89,4	100,0	85,2	80,9	100,0	72,0	100,0	100,0	100,0
Sal	96,4	96,5	96,3	95,6	94,4	100,0	97,6	100,0	92,6
Boavista	90,9	91,2	89,4	86,0	86,3	84,7	96,0	95,6	100,0
Maio	97,1	100,0	92,3	100,0	100,0	100,0	93,5	100,0	82,8
Tarrafal	96,9	94,6	100,0	93,3	88,7	100,0	100,0	100,0	100,0
Santa Catarina	94,5	96,6	92,0	94,7	97,1	89,5	94,3	95,5	93,5
Santa Cruz	95,7	100,0	93,5	93,9	100,0	90,9	97,8	100,0	96,6
Praia	96,6	99,4	90,2	94,6	98,9	84,0	98,6	100,0	95,6
São Domingos	97,0	100,0	94,6	100,0	100,0	100,0	95,3	100,0	91,7
São Miguel	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São Salvador do Mundo	98,6	100,0	97,7	100,0	100,0	100,0	97,0	100,0	94,4
São Lourenço dos Órgãos	97,7	96,2	100,0	100,0	100,0	100,0	94,6	90,8	100,0
Ribeira Grande de Santiago	92,1	100,0	83,6	90,1	100,0	75,0	93,4	100,0	87,8
Mosteiros	90,9	100,0	86,3	92,4	100,0	85,5	89,3	100,0	86,8
São Filipe	93,6	93,1	94,1	89,1	84,4	93,8	96,5	100,0	94,2
Santa Catarina do Fogo	93,8	100,0	86,7	85,5	100,0	71,5	100,0	100,0	100,0
Brava	93,0	93,7	92,3	91,6	89,2	93,4	95,1	100,0	90,5

Fonte: INE, IDRF 2015

Perfil da Pobreza – Um olhar sobre as crianças

Tabela 9 – Percentagem de crianças de 15-17 anos que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento, segundo sexo e estatuto na pobreza, por meio de residência e concelho. Cabo Verde 2015

FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS 15-17 ANOS									
	AMBOS OS SEXOS			MASCULINO			FEMININO		
	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE	TOTAL	NÃO POBRE	POBRE
CABO VERDE	78,7	84,2	70,8	75,9	82,8	65,6	81,5	85,5	75,7
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	81,7	85,8	74,1	79,0	84,5	68,1	84,5	87,0	79,8
Rural	74,2	81,0	67,3	71,1	79,3	62,9	77,1	82,6	71,5
CONCELHO									
Ribeira Grande	73,4	77,8	66,0	75,5	73,5	78,8	70,9	83,2	51,3
Paul	51,2	73,0	41,4	40,2	79,6	28,9	69,8	67,5	71,6
Porto Novo	78,3	89,6	70,7	62,2	76,8	57,4	91,1	94,4	87,5
São Vicente	79,9	88,3	63,2	71,6	83,8	41,3	87,1	92,9	77,5
Ribeira Brava	76,8	83,2	69,5	79,4	87,4	64,1	73,1	72,1	73,6
Tarrafal de São Nicolau	50,2	54,4	47,3	51,7	51,9	51,5	48,0	57,7	40,8
Sal	76,2	84,4	46,7	68,8	80,1	30,8	83,3	88,5	63,5
Boavista	75,1	74,6	79,1	74,2	70,6	100,0	75,9	78,4	48,9
Maio	88,5	88,3	88,7	87,5	85,2	91,6	89,6	92,7	86,5
Tarrafal	84,5	88,6	72,5	80,1	86,2	54,9	89,9	92,2	85,3
Santa Catarina	74,3	78,4	67,3	83,8	82,4	86,4	67,6	75,3	55,7
Santa Cruz	75,6	77,5	74,3	66,2	77,7	55,6	87,3	77,1	92,5
Praia	83,1	85,6	78,8	82,9	86,0	77,4	83,3	85,2	80,3
São Domingos	71,0	84,3	58,0	60,5	75,1	54,0	85,3	89,5	73,1
São Miguel	70,0	80,7	55,4	62,9	73,2	48,9	75,5	86,6	60,4
São Salvador do Mundo	86,1	87,1	85,7	89,3	100,0	85,9	81,8	76,3	85,4
São Lourenço dos Órgãos	92,7	90,9	94,7	91,5	93,6	89,7	93,7	89,1	100,0
Ribeira Grande de Santiago	87,5	87,7	87,1	96,4	95,0	100,0	77,0	78,4	74,2
Mosteiros	74,3	89,9	60,9	65,9	88,3	48,8	81,3	91,1	72,0
São Filipe	85,2	91,1	80,6	79,2	86,1	73,6	88,9	94,5	84,9
Santa Catarina do Fogo	72,4	70,9	75,2	79,9	79,4	80,9	63,5	60,8	68,3
Brava	71,0	69,2	72,8	73,2	55,1	92,4	69,2	82,6	57,8

Fonte: INE, IDRF 2015